



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA



**Atitudes e práticas diante da morte no sítio Carrasquinho, em São José da
Lagoa Tapada, Paraíba**

ANTÔNIO NETO DA SILVA BRITO

CAJAZEIRAS - PB

2023

ANTÔNIO NETO DA SILVA BRITO

Atitudes e práticas diante da morte no sítio Carrasquinho, em São José da Lagoa Tapada, Paraíba

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como pré-requisito à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

B862a Brito, Antônio Neto da Silva.
Atitudes e práticas diante da morte no Sítio Carrasquinho, em São José da Lagoa Tapada, Paraíba / Antônio Neto da Silva Brito. – Cajazeiras, 2023.
66f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2023.

1. História da Morte. 2. Práticas e rituais fúnebres. 3. Cultura religiosa- Sítio Carrasquinho - São José da Lagoa Tapada- Paraíba. 4. Morte e morrer. 5. História oral. I. Sales Neto, Francisco Firmino. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 94: 2-186

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

COORDENACAO DE GRADUACAO EM HISTORIA

Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n, - Bairro Casas Populares, Cajazeiras/PB,
CEP 58900-000

Telefone: (83) 3532-2000 - Fax: (83) 3532-2009

Site: <http://www.cfp.ufcg.edu.br> - E-mail: cfp@cfp.ufcg.edu.br

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO(TCC) PARA CONCESSÃO DO GRAU DE LICENCIADO EM HISTÓRIA – CGHIS-CFP

No vigésimo oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às 14:30 horas, de forma remota, estiveram reunidos, sob a presidência do Professor-Orientador Dr. Francisco Firmino Sales Neto, o Prof. Dr. Israel Soares de Sousa; o Prof. Ms. Francisco Didier Guedes Albuquerque Junior; e o discente ANTÔNIO NETO DA SILVA BRITO (matrícula 216130084). Foi instalada a sessão pública para julgamento da monografia de conclusão de curso (TCC) do Curso de Licenciatura em História, elaborada pelo referido discente, intitulada: "**Atitudes e práticas diante da morte no sítio Carrasquinho, em São José da Lagoa Tapada, Paraíba**". Após a abertura da sessão, o presidente da banca julgadora deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que expôs seu trabalho e, em seguida, ouviu-se a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do discente. Ao final, reunida em separado, a banca APROVOU a monografia atribuindo a nota 10,0 (DEZ) ao trabalho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito. Cajazeiras, 28 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO FIRMINO SALES NETO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/11/2023, às

16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Didier Guedes Albuquerque Junior, Usuário Externo**, em 28/11/2023, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISRAEL SOARES DE SOUSA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/11/2023, às

21:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Neto da Silva Brito, Aluno**, em 29/11/2023, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3999981** e o código CRC **F220B13E**.

*Dedico esse trabalho a todas as pessoas
que o tornaram possível, voluntária e
involuntariamente.*

AGRADECIMENTOS

Primeiro, a Antônio... por ter começado esta jornada, aguentando muito e ainda tendo sido simpático, e por ter permitido as mudanças e o florescer que os caminhos mostraram.

Segundo, a uma série de pessoas importantes durante esse per(curso). Meus amigos e minhas amigas que a UFCG proporcionou: Luís, Chico, Raquel, Karol, Miriam, Pâmela, Tainara, Luana, Kelly, Cícero, Cristian, Matheus, Thiale, Luís C., Dalua, Roberto e alguns outros da residência; meus amigos e minhas amigas que Cajazeiras proporcionou: Lucas, Joyce M., Adriano, Carrazera e Ícaro; meus amigos e minhas amigas que a vida tratou de dar: Aldênio e Joyce G.

Terceiro, a todos e todas que vieram depois e que me ajudaram a não surtar...

Quarto, a meu orientador, Professor Neto, por nunca ter desistido (apesar de as vezes eu pensar que ia) e todos/as os/as professores/as que emprestaram seu tempo para me ensinar algo.

Quinto, à minha turma: só alguns deles, na verdade...

Sexto, à minha família. As duas.

E, por fim, a todo mundo que eu esqueci de mencionar.

Que o menor mal de todos seja a morte!

(Camões, 1572)

RESUMO

Este trabalho investigou práticas e rituais fúnebres no sítio Carrasquinho, pertencente ao município de São José da Lagoa Tapada, no sertão da Paraíba. Nosso intuito foi analisar como os moradores desse sítio lidam com a morte, com o morrer e com os mortos, especialmente por meio de uma cultura religiosa sertaneja, na perspectiva teórica de uma *História da Morte* (Ariès, 1989; e Reis, 1991). O estudo enfocou atitudes e práticas diante da morte, tais como o velório e o luto, mediadas pelos sentidos que tais homens e mulheres sertanejas atribuem a esse momento de finitude. Como fonte de análise, fizemos o uso da metodologia da História Oral, entrevistando moradores do sítio; como também utilizamos o Livro de Tombo da Igreja Matriz de São José da Lagoa Tapada; e fotografias da comunidade. Por meio dessas fontes, percebemos como ocorrem as práticas e rituais fúnebres e quais significados são atribuídos à morte pelos sertanejos que vivem no sítio Carrasquinho, na busca por uma boa morte e com um cuidado especial com o corpo morto, a partir de referências culturais de origem cristã, notadamente católicas.

Palavras-chave: História da Morte; Práticas e Rituais Fúnebres; Sítio Carrasquinho; São José da Lagoa Tapada.

ABSTRACT

This research investigated funeral practices and rituals at the Carrasquinho small farm, belonging to the municipality of São José da Lagoa Tapada, in the *sertão* of Paraíba. Our aim was to analyze how the residents of this small farm deal with death, dying and the dead, especially through a religious culture, from the theoretical perspective of a History of Death (Ariès, 1989; and Reis, 1991). The study focused on attitudes and practices towards death, such as wakes and mourning, mediated by the meanings that such men and women attribute to this moment of finitude. As a source of analysis, we used the Oral History methodology, interviewing residents of the small farm; as we also use the Tombo Book of the Main Church of São José da Lagoa Tapada; and community photographs. Through these sources, we understand how funeral practices and rituals occur and what meanings are attributed to death by the people who live in the Carrasquinho small farm, in the search for a good death and with special care for the dead body, based on cultural references from Christian origin, notably Catholic.

Keywords: History of Death; Funeral Practices and Rituals; Carrasquinho Small Farm; São José da Lagoa Tapada.

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1: Visão da área urbana de São José da Lagoa Tapada, demarcada em rosa.....	19
Imagem 2: Vista dos cemitérios “Velho” (amarelo) e “Novo” (verde).....	33
Imagem 3: Localização geográfica do cemitério (vermelho) e da igreja (azul).....	33
Imagem 4: Uma das cruzes na estrada que leva até o sítio Carrasquinho.....	36
Imagem 5: Área habitada do sítio Carrasquinho.....	40
Imagem 6: Capela presente no sítio Carrasquinho.....	43
Imagem 7: Convite para a Festa da Padroeira no ano de 2022.....	45
Imagem 8: Imagem da Padroeira no ano de 2022.....	46
Imagem 9: Festa de Santa Luzia no sítio Carrasquinho em 2022.....	47
Imagem 10: Fotografia de defunto retirada dentro da Igreja Matriz.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo I – A CIDADE DE NOME GRANDE	16
1.1 <i>São José da Lagoa Tapada: caracterização do município</i>	16
1.2 <i>Concreto, vidro e fé: a Igreja e a vida</i>	19
1.2.1 <i>As graças alcançadas: histórias de fé e devoção</i>	24
1.2.2 <i>O morrer na cidade</i>	27
1.3. <i>O cemitério</i>	29
1.4 <i>Cruzes na beira da estrada</i>	34
Capítulo II – UM SÍTIO NO MEIO DO NADA	37
2.1 <i>O sítio: caracterização</i>	37
2.2 <i>A prática religiosa das novenas</i>	40
2.3 <i>A capela e a festa da padroeira da comunidade</i>	42
Capítulo III – A MORTE CHEGA DE MANSINHO	48
3.1 <i>A morte e seus anúncios</i>	48
3.2 <i>Solidariedade com os mortos</i>	50
3.3 <i>O velório e por detrás dele</i>	52
3.4 <i>A lembrança é o que fica: as fotografias dos mortos</i>	55
3.5 <i>O luto</i>	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
FONTES	63
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

Logo após sair as notas do Exame Nacional do Ensino Médio, em 2015, restavam-me apenas algumas poucas escolhas profissionais. Morando em São José da Lago Tapada, uma cidade com menos de 8 mil habitantes e sem oferecer Ensino Superior, só me restavam as cidades vizinhas. Sousa, para ser mais exato, pois essa era a cidade mais próxima e as condições financeiras da minha família representavam o peso principal nessa escolha, uma vez que eu dependia dela para começar/concluir o curso superior.

Naquela época, o campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em Sousa, oferecia apenas o curso de Direito e, se não falha a memória, Economia, duas áreas que nunca tinha passado pela minha cabeça a possibilidade de cursá-las. Restava o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e minha primeira opção acadêmica foi o curso de Medicina Veterinária. Por ter crescido em um ambiente rural, o amor e cuidado com os animais foi uma constante na minha vida. Por falta de acesso à internet, uma amiga próxima fez minha inscrição. Havíamos combinado de inserir um curso específico para a segunda opção de acesso ao Ensino Superior, até que, *aos 90 minutos do segundo tempo*, eu a pedi para alterar para o curso de História. Ela me respondeu, por mensagem de texto, que esse curso estava disponível apenas na cidade de Cajazeiras, da qual eu já tinha ouvido falar, mas nunca havia estado lá.

Veio a aprovação em História e, após a lista de chamada, lá fui eu fazer a minha matrícula em uma cidade, que nunca tinha visto, gigante se comparada a meu mundo. Por sorte, descobri a Residência Universitária, onde um aluno que vivia lá também era da minha cidade. Tendo uma vaga no quarto dele, pedi-lhe que me aceitasse como hóspede até a seleção dos novos residentes. Passei no processo seletivo e consegui ficar na residência, dividindo aquele espaço com mais de 50 pessoas. Foi ali que minha vida acadêmica começou.

Entrei no curso pelo desejo de me tornar professor. Podia passar horas fantasiando a correção de provas, de atividades e a ministração de aulas. O fato de a disciplina escolhida ter sido História foi um ato desprezioso, apenas por gostar muito da matéria no Ensino Médio (e um pouco por causa das professoras maravilhosas que

tive, inspirações para ser um profissional tão bom quanto elas). De fato, a História sempre me encantou. Vasculhar o passado, juntar partes e viver em busca de uma verdade que não pode ser alcançada plenamente, tudo isso era encantador. Mas todos os encantos caíram quando precisava encarar teorias, textos, provas, reposições, finais, Trabalho de Conclusão de Curso. O amor pelo curso e pela História somente retornou no 7º período letivo, quase ali no finalzinho (antes de começar a Pandemia do Covid-19 e toda a grade, que já era bagunçada, virar um grande nada). Depois desse período o fogo tinha voltado e aqui estamos nós.

Desde o 1º período letivo que o fantasma do TCC parecia pairar sobre minha cabeça. Sempre muito ansioso, passava noites e noites imaginando como seria, sobre o que escreveria, quem seria o orientador. Depois de passar as cadeiras de Projeto de Pesquisa mudando de tema a cada período e imaginando outros que nunca saíram da minha cabeça, durante uma aula de História da Paraíba II, finalmente veio o tema que vocês irão ler nesse trabalho. Até aquele momento, minha pesquisa estava voltada para a figura do Diabo, criatura que vivia no campo das ideias até ter um corpo construído de partes de divindades pagãs e com propósitos que atendiam a necessidade de quem estava empenhando a lha dar um corpo. Sob a mesma orientação deste trabalho, cheguei a esboçar uns esquemas de trabalho e ler bastante sobre o assunto. Mas a cadeira de História da Paraíba II apareceu no meio do caminho e mudou minha pesquisa. Uma das metodologias dessa cadeira foi escrever um pequeno artigo sobre nossos lugares de origens, nossas cidades e o que havia nela. O que movimenta a economia? Quais os pontos culturais e históricos? De onde veio? Por quem veio? Quando veio?

Quando decidi escrever sobre meu lugar de origem, meu sítio, onde tinha passado a infância, logo me veio a pergunta: sobre o que vamos escrever? A diversidade da contação de histórias sempre foi um ponto forte desse lugar. Desde sempre, escutei histórias de sonhos com pessoas já falecidas *voltando* para dar presente aos vivos, botijas enterradas, seres do folclore que frequentemente eram avistados, como a Caipora. Todo esse mundo fantástico sempre foi recebido com encanto e atenção (e digo que pretendo trilhar o caminho acadêmico apoiado nelas).

Nesse mesmo período de busca por uma nova pesquisa, uma nova situação me ocorreu: um familiar próximo faleceu. Mas, antes, houve toda uma ritualização em sua residência, o *fazer quarto*, juntamente com a solidariedade dos moradores do sítio,

que se reuniam para ajudar a família enlutada no que precisasse. Em meio a todo esse evento, assisti e absorvi toda a informação que eu podia, já com a certeza de ser sobre isso que escreveria. Estudar sobre a morte foi um assunto que me maravilhou desde o momento que percebi poder tratar do tema, ao mesmo tempo que conseguiria falar sobre meu lugar de origem e deixar um material escrito sobre o meu lugar. Um trabalho que duraria para sempre, construindo uma memória do que e de quem um dia esteve aqui.

Dessa forma, este trabalho investigou práticas e rituais fúnebres no sítio Carrasquinho, pertencente ao município de São José da Lagoa Tapada, no sertão da Paraíba. Nosso intuito, foi analisar como os moradores desse sítio lidam com a morte, com o morrer e com os mortos, especialmente por meio de uma cultura religiosa sertaneja, na perspectiva teórica de uma *História da Morte* (Ariès, 1989; e Reis, 1991). Um tema que ainda é relativamente novo no campo da História e que, antes, era desenvolvido principalmente pelos antropólogos, sociólogos e psicólogos. “Apesar do ritmo ainda lento, já se começou a escrever a história das atitudes diante da morte entre nós” historiadores. (REIS, idem, p. 27). O estudo enfocou atitudes e práticas diante da morte, tais como o velório e o luto, mediadas pelos sentidos que tais homens e mulheres sertanejas atribuem a esse momento de finitude.

Como fonte de análise, fizemos o uso da metodologia da História Oral, entrevistando moradores do sítio; sobre História Oral, Lucília Neves Delgado (2006) nos conta que

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrada através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida (DELGADO, 2006, p. 15-16).

Para nossas entrevistas, foram selecionados moradores do próprio sítio Carrasquinho, aqueles e aquelas que se encontravam por aqui há algum tempo e que podiam falar com lucidez sobre os processos no passado e que se dispuseram, de bom grado, a emprestar seu tempo e acessar suas memórias. Foram realizadas 4 entrevistas no total, todas realizadas nas dependências dos entrevistados e gravadas em um celular, usando aplicativo de gravação. Para elas, dentre outras reflexões, perguntamos sobre

como se dava o velório e a diferença para os dos dias atuais, o luto, o transporte do corpo até a cidade, visto a ausência de meio de transporte como carro.

Além das entrevistas, utilizamos o Livro de Tombo da Igreja Matriz de São José da Lagoa Tapada; e fotografias da comunidade. Por meio dessas fontes, percebemos como ocorrem as práticas e rituais fúnebres e quais significados são atribuídos à morte pelos sertanejos que vivem no sítio Carrasquinho, na busca por uma boa morte e com um cuidado especial com o corpo morto, a partir de referências culturais de origem cristã, notadamente católicas.

Nosso trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, tratamos sobre a caracterização do município de São José da Lagoa Tapada, de sua fundação e sua elevação à categoria de município, deixando de ser uma vila; da Igreja Católica, principal religião exercida na cidade; e do cemitério, bem como as principais causas de mortes na cidade entre os anos de 2006 a 2020; terminando com uma breve menção as cruzes à beira da estrada e do simbolismo como ponto de lembrança e homenagem àqueles que partiram.

No segundo capítulo, abordamos sobre o sítio Carrasquinho, sobre sua caracterização, a prática das novenas que aconteciam nas casas dos moradores, até a construção da capela. Também sobre a padroeira da comunidade, Santa Luzia e a festa realizada para a santa como uma das principais festividades religiosas da localidade.

No terceiro e último capítulo, adentramos ao tema da morte e das práticas relacionadas a ela no Carrasquinho e a solidariedade da população com aqueles que estavam para morrer e a família dos moribundos, fazendo quarto para que não morressem sozinhos ou ajudando a família nas atividades necessárias. Foi o momento de falarmos dos velórios, do luto, dos anúncios e dos ritos que envolvem a morte, como o antigo costume de tirar fotos do defunto dentro do caixão, na igreja, para guardar como recordação ou enviar para parentes que não puderam comparecer à cerimônia final.

CAPÍTULO I

A CIDADE DO NOME GRANDE

Neste capítulo, abordamos sobre a caracterização do município de São José da Lagoa Tapada, destacando a formação da vila de São José da Lagoa Tapada e sua posterior emancipação política enquanto cidade. Utilizo como apoio os trabalhos de Rafaela Araújo de Melo (2015) e Rozilene Lopes de Sousa (2009), duas autoras naturais da cidade, bem como o Livro de Tombo da Igreja Matriz local. A partir do relato deixado pelos padres no Tombo da Matriz, também abordaremos sobre a história da Igreja Católica local, situada no centro da cidade, sendo essa o centro irradiador do núcleo populacional que deu forma à cidade de São José da Lagoa Tapada.

Apresentamos o cemitério municipal, adentrando no tema “morte” e dando os primeiros passos que guiaram esse estudo. Esses espaços, igreja e cemitério, são centrais para a temática que iremos discutir neste trabalho: uma análise da história da cidade, buscando explicar sua origem e formação, adentrando nos temas irradiadores como peças chaves para compreender as influências que esses exercem sobre a vida cotidiana, principalmente da Igreja Católica. Portanto, São José da Lagoa Tapada, cidade do nome grande, será apresentada sob uma ótica “vista de dentro”, isto é, a partir de sua história local e do seu cotidiano.

1.1 São José da Lagoa Tapada: caracterização do município

No Brasil, 60 cidades começam com o nome “São José” (IBGE, 2022). Temos São José de todos os tipos e gostos: a do Norte (RS) e a da Sul (RS), do Egito (PE) e do Xingu (MT), do Rio Claro (MT), Pardo (SP) e Preto (SP). No estado da Paraíba, especificamente, são 10 cidades que têm seus nomes iniciados em São José. Na microrregião da depressão do Alto Piranhas, uma São José em particular cresce em ritmo próprio: São José da Lagoa Tapada, nossa cidade do nome grande e que possui algumas teorias interessantes para a origem desse nome curioso. A cidade está localizada a cerca de 420 km da capital, João Pessoa. De acordo com o último censo

realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, possui 7.126 habitantes.

Segundos dados disponibilizados pelo IBGE (idem), o município possui uma área de 339,8 km², tendo como principal curso d'água o Rio Trapiá, seguido pelos riachos Jatobá, Caatinga, Roncador e Cabaças (SOUSA, 2009, p. 68). Há também a presença de outros inúmeros riachos e rios temporários, que aparecem na estação chuvosa. Esses rios e riachos são importantes para o provimento dos açudes que os fazendeiros e agricultores têm em suas propriedades para abastecimento próprio e para o consumo dos animais, tal como também para o abastecimento hidráulico da cidade, que se dá através do Açude do Morcego (popularmente conhecido como Açude do Governo), e que, espacialmente, fica localizado a poucos metros do sítio sobre o qual trataremos mais à frente, no capítulo 2.

Ainda de acordo com o IBGE, até 1959, São José da Lagoa Tapada era um distrito pertencente ao município de Sousa, obtendo emancipação através da lei 2.149, de 28 de julho de 1959. Rozilene Lopes de Sousa (2009), nos conta que “nesta época contava com uma infraestrutura condizente com a situação em que se encontrava de município recém criado, sem rede de abastecimento de água, luz elétrica e esgoto, além de poucas residências e estabelecimentos comerciais. (Idem, p. 68). Ainda nas palavras da autora,

(...) até bem pouco tempo era uma região de difícil acesso por conta das estradas, do tipo carroçal. Com uma economia baseada na agricultura de subsistência é, como a maioria da microrregião, constantemente assolada por períodos de seca. Denominada, primeiramente, Oiticicatuba, Oiticica, São José e posteriormente, São José da Lagoa Tapada. O povoado, inicialmente era formado de casas isoladas, com destaque para a casa grande do Padre Izidro Gomes de Sá (...) (Idem, p. 69)

Historicamente, as terras que hoje assentam a cidade de São José da Lagoa Tapada pertenciam ao Capitão-mor José Gomes de Sá, um dos maiores proprietários destas paragens sertanejas, representado uma figura de destaque na formação das primeiras vilas e cidades (MELO, 2015, p. 22). Essas terras passaram, por herança, ao seu filho, de mesmo nome, o Coronel José Gomes de Sá. Ali se instalou a fazenda pertencente

ao Pe. Izidro Gomes de Sá, sendo construída em seguida uma capela, a partir de onde, ao seu redor, várias casas foram sendo edificadas. Com o desenvolvimento e crescimento do local, formou-se a vila de São José da Lagoa Tapada, “que depois passou a se chamar Oiticica” (Idem, p. 23). Sobre o interesse nessas terras e a motivação da construção da vila, Rafaela Araújo de Melo diz que

As terras da atual São José da Lagoa Tapada, foram colonizadas nas primeiras décadas da ocupação territorial do sertão (...) Esse espaço era bom para a criação de gado e cultivo de pastagem. Mas as primeiras fazendas que surgiram tinham a função de cuidar dos gados em determinados currais na ribeira de rios. A partir da formação destas rústicas fazendas que surgem as futuras vilas, e esta instalação servia também como legitimação de posse de terras. (Idem, p. 22).

Como visto, o nome da cidade passou por algumas mudanças ao longo da sua história: em 1937, quando figurou o distrito de São José da Lagoa Tapada ao município de Sousa; pelo Decreto-lei Estadual nº 1.164, de 15 de novembro de 1938, passou a se chamar Oiticica, devido à grande quantidade dessas árvores (*Licania rigida*) na região; mudando novamente de nome pelo Decreto-lei Estadual nº 520, de 31 de novembro de 1943, passando a ser denominada Oiticicatuba. Cinco anos depois, pela lei Estadual nº 125, de 17 de setembro de 1948, o distrito voltou a se chamar São José da Lagoa Tapada; e, por fim, quando elevado à categoria de município, pela lei Estadual nº 2.149, de 28 de julho de 1959, manteve seu nome.

Sobre os muitos nomes, algumas teorias interessantes foram levantadas ao longo dos anos. Oiticica e Oiticicatuba parecem os mais óbvios, providos da árvore encontrada em abundância na região. O “Lagoa Tapada” tem sua origem desconhecida, possuindo explicações lendárias. Existe entre alguns são-joseenses a lenda de que esse nome surgiu de uma imensa lagoa que teria sido tapada para a construção da vila e, posteriormente, da cidade, mas essa hipótese é refutada pela historiadora Rafaela Melo: “(...) pode-se perceber que não houve um tapamento de lagoa alguma, pois a data que se refere o documento era o início do povoamento do arraial de piranhas, e muito antes do povoamento destas terras” (MELO, 2015, p. 23). O documento que a autora se refere na sua fala é o registro de sesmaria, datado de 6 de fevereiro de 1788, que afirma o pertencimento daquelas terras ao Capitão-mor em 1731, ou seja, a região já se chamava Lagoa Tapada antes do surgimento da vila. De

acordo com o DICIO, o dicionário online de português, a palavra “Tapada” possui outros significados, tais como “terreno cercado e protegido para a criação e preservação da caça”

O “São José” do nome parece mais fácil de ser decifrado: São José fora o santo escolhido para ser o padroeiro da cidade. Assim, podemos nos apoiar nessa questão religiosa para compreender tal nome, visto que a cidade, até os dias atuais, mantém um forte vínculo com a fé cristã. Mas também não podemos descartar a hipótese de que a escolha seja uma forma de homenagear o desbravador destas terras, Capitão-mor José Gomes de Sá, ou mesmo que São José tenha sido seu santo de devoção ou de outra figura importante para a comunidade.

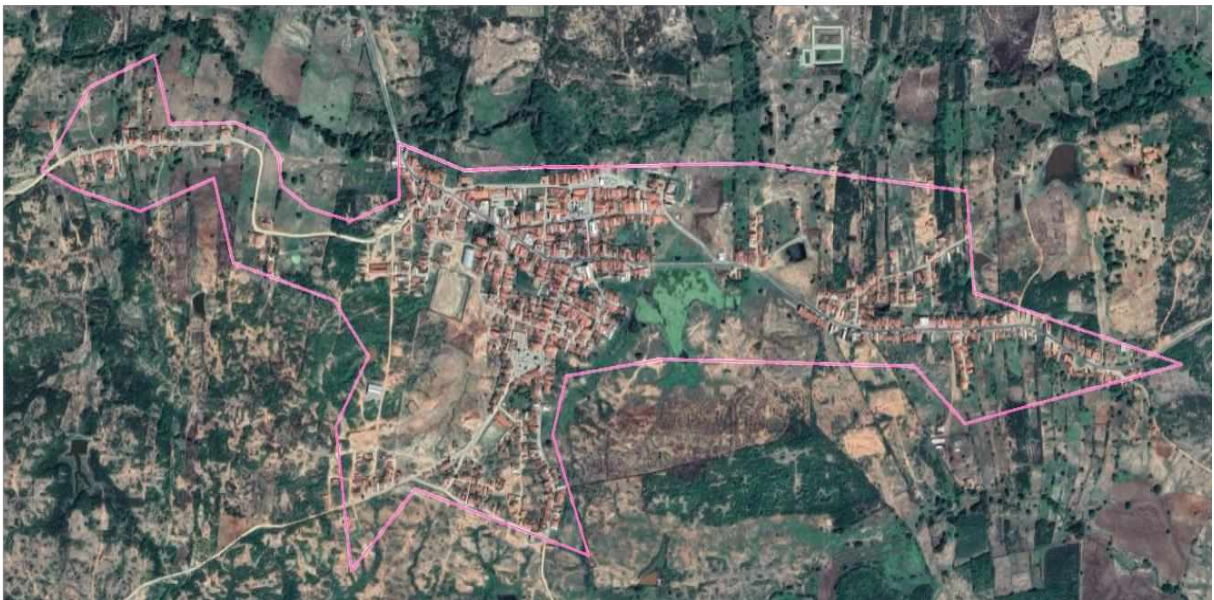


Figura 1: Visão da área urbana de São José da Lagoa Tapada, demarcada em rosa. **Fonte:** Google Maps, 2021.

1.2 Concreto, vidro e fé: a Igreja e a vida

A estrutura que abriga “a casa de Deus” na pequena cidade de São José da Lagoa Tapada segue o estilo de igrejas comumente encontradas em outras cidades pequenas: a nave, a construção principal, onde o povo pode se sentar diante do altar em dias de missa nos bancos de madeira; também possuindo uma torre que abriga

um relógio. A torre foi um desejo da população, ainda que tivesse encontrado certa relutância do padre regente da época, Padre Daniel, em 1968, “pois uma torre é mais para satisfazer a uma certa vaidade e uma torre não tem logo utilidade pública, mas pensando e meditando chegou a ideia do relógio” (TOMBO, p. 21).

A igreja era apenas uma capela pertencente à Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, de Sousa. Foi somente em 13 de janeiro de 1960 que ela também foi elevada à categoria de Paróquia, sendo desmembrada de Sousa. Os limites da nova Paróquia eram os mesmos do município, ficando responsável pelo “destino espiritual” (Idem, p. 2) de todos os católicos dentro desse limite. Ainda de acordo com o Livro de Tombo da referida igreja, esse desmembramento estaria dentro dos acordos do Código Canônico e atenderia aos pedidos do povo, pois foi

Ouvindo o nosso Conselho Diocesano e atendendo às necessidades espirituais dos fiéis do município de São José da Lagoa Tapada, da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios de Sousa, deste Bispado, havemos por bem desmembrar da referida Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios e elevar a categoria de Paróquia (Idem, p. 1).

A Igreja Matriz veio a ser erigida justamente durante a transição de São José de distrito para município, sob o governo de Dr. Pedro Moreno Gondim (Idem, p. 2). Um ano após ser elevada à categoria de Paróquia, a igreja sentia os primeiros impactos dessa transição, pois, antes, enquanto capela, a estrutura física do lugar não estava preparada, sendo pequena demais para abrigar as pessoas da cidade que iam até ela. Três anos depois, em 1963, buscando resolver essa situação, os Padres Redentoristas derrubam a capela para a reconstruir em uma escala maior, o que causou ainda mais problemas:

Existia em São José a capela antiga, muito bem feita, mas muito pequena para a grande população. Os Padres Redentoristas derrubaram essa capela para no mesmo local construir uma Igreja nova. Era um erro, pois, primeiro São José ficou por muito tempo sem Igreja, nem grande, nem pequena. Segundo, o local era muito pequeno para uma boa Igreja Matriz, que poderia caber por alguns anos no futuro o número crescente dos fiéis de São José. Terceiro, o local era ainda inconveniente por ser à beira da rua onde devem passar os carros (Idem, p. 4).

No dia 12 de fevereiro de 1963, após a derrubada da capela, a missa foi celebrada na praça, sob o sol quente. Na mesma ocasião, teria sido decidido que aquela seria a última vez que algo do tipo aconteceria. Havia sido combinado com a população da cidade que, logo no dia seguinte, começariam a retirada dos entulhos da antiga capela a fim de abrir espaço para a construção nova. Apenas quinze dias depois, em 27 de fevereiro, a missa de cinzas já teria acontecido dentro do que iria ser a igreja nova, “mas não tinha nem aspecto de igreja; apenas era um vão coberto, sem piso, sem portas e sem janelas, sem altar” (Idem, p. 8).

Apesar do novo ânimo, tanto dos sacerdotes, quanto do povo, os problemas físicos da igreja estavam longe de acabar, tendo a estrutura que passar por reformas constantes. Em 1965 o telhado apresentou defeito e se tornou perigoso para quem fosse à igreja, precisando ser totalmente retirado, além das paredes atrás do altar e parte da parede de frente, que foram demolidas, pois o primeiro mestre da obra teria engando “grosseiramente” o padre e o povo de São José com “serviço mal feito” (Idem, p. 10).

Ainda em 1965, um novo problema surgiu: a construção da sacristia, que havia sido pensada para ser construída ao lado da igreja, mas o terreno era pequeno demais para isso. O terreno vizinho, no entanto, que já era patrimônio do padroeiro, São José, parecia perfeito para a construção. O problema veio quando os boatos se espalharam e começaram a dizer que o padre queria roubar as órfãs, moças velhas que oravam em uma casa construída dentro desse terreno. O cônego e o padre imploraram a elas que cedessem todo o terreno, mas não houve acordo. Dona Síndá e a irmã resistiram, até que no dia 10 de maio tudo se resolveu. Em uma reunião na dita casa, ficou combinado que nenhum vigário sucessor poderia construir entre a igreja e a casa das moças e a sacristia poderia ser construída, finalmente, na parte dos fundos da área entre a igreja e a casa delas (Idem, p. 12).

Em 1968, ainda em construção, a Igreja enfrentou um novo problema: em ano de eleição, algumas dependências da igreja foram pedidas pelo juiz eleitoral da comarca de Sousa, Sr. Plínio Leite Fontes, para a instalações de sessões eleitorais. Nem o apelo popular, nem os esforços do padre foram suficientes para que o pedido fosse

retirado. As sessões foram instaladas e, no dia 15 de novembro, as eleições aconteceram.

Sábado dia 16 de novembro o padre chegou em São José. A Igreja era um estábulo, a maior profanação. No furor da política partidária e no fervor da festa eleitoral. O povo tinha se esquecido de tudo. Pregos de todos os tamanhos nas paredes, cartazes, etc e toda Igreja abominavelmente suja (Idem, p. 19).

Vendo o estado em que se encontrava o lugar, o padre, em forma de protesto, voltou para Coremas e mandou avisar que somente voltaria para São José e para a igreja quando tudo fosse limpo e consertado. A população tratou de cumprir as ordens ineditamente e, assim, o padre retornou, mas não esqueceu do episódio, fazendo-o ir protestar novamente junto ao juiz eleitoral e enviando uma cópia do protesto ao próprio governador João Agripino.

Apesar do episódio da eleição, foi nesse ano que a igreja finalmente ficou pronta. Em agosto de 1971, no dia 09, o Dr. Ernani Sátiro, governador Paraíba indicado por Médici, veio a cidade fazer a inauguração da água encanada, frisando “que era a primeira inauguração feita em seu governo” (Idem, p. 25). Um ano antes, em 1970, nossa cidade também tinha recebido a presença de uma figura ilustre e um grande nome católico, principalmente aqui no Nordeste: Frei Damião, recebido aqui com uma grande recepção festiva. Na ocasião da visita, “Todo povo era uma só família”. (Idem, p. 24).

Apesar das dificuldades, a igreja sempre pode contar com a ajuda da população, que desempenhou um papel importante na construção do espaço sagrado: “Todos ajudaram generosamente para continuar os serviços da Igreja” (Idem, p. 8); “Mensalmente o Pe. Daniel celebrou a missa em São José, sempre muita gente. A Igreja cheia de fiéis que sempre ajuda fazendo doações.” (Idem, p. 9); “o povo mostrou o lado melhor. Fizeram duas barracas. Começaram a trabalhar e em quinze dias e uma noite de barracas embaixo de lonas juntaram, ou seja, arrecadaram Cr\$ 13.000,00” (Idem, p. 18). Tendo sempre uma maioria de católicos na cidade, em 1970, a população da cidade era de cerca de 9.101 habitantes (SOUSA, 2009, p. 68),

apresentando-se como um suporte na vida social da cidade, influenciando a vida como um todo.

Partiu da Igreja, ainda em 1968, a ideia e a prática de construir um ginásio escolar para os estudantes que, até aquele momento, precisavam se deslocar até Sousa. Essa movimentação entre uma cidade e outra excluía muitas das crianças e adolescentes, fazendo a taxa de analfabetismo chegar em 67% da população em 1970 (SOUSA, 2009, p. 38). Ainda citando Sousa, a autora nos conta que uma das causas desse índice alto era justamente “o acesso difícil, causado pela condição das estradas, ou pela distância em que a escola se situava com relação ao local onde as crianças residiam” (Idem, p. 69). A construção de um ginásio na cidade serviria para diminuir esse índice e para que mais crianças tivessem oportunidade à educação. Essa ideia da Igreja foi abraçada pela população: “(...) um grande grupo de pais de famílias se movimentaram e vieram pedir ao Pe. Daniel: Nós queremos que o Sr. faça o ginásio.” (TOMBO, 26). No ano de 1972, “A festa de São José – dia 19 de março foi organizada e realizada em benefício do ginásio” (Idem, 28).

Dentro da esfera da influência da Igreja na cidade de São José, podemos considerar as práticas fúnebres como uma delas, já que a Igreja possui ritos e normas a serem seguidos mediante a morte, como o luto, o velório, o enterro, etc. Quando São José da Lagoa Tapada se tornou de fato uma Paróquia, já havia passado no Brasil o costume de se enterrar pessoas dentro dos territórios das igrejas, de forma que a igreja de São José não chegou a receber corpos em seu interior. Essa era uma prática que visava uma aproximação com os santos e uma possível intercessão dos mesmos na hora do julgamento final. João José Reis (1991) escreve que “A proximidade física entre cadáver e imagens divinas, aqui embaixo, representa um modelo de contiguidade espiritual que se deseja obter, lá em cima, entre a alma e as divindades. A igreja era uma das portas de entrada do Paraíso” (Idem, p. 214).

Essa preocupação em obter ajuda divina também estava atrelada à premissa da boa morte, ou a morte gloriosa, aquela que é esperada e aceita – uma morte que falaremos dela mais à frente, no capítulo III – diferente daquela morte acidental, uma morte considerada feia e atroz, pois vinha de repente, sem preparo ou tempo para cuidado da alma e do corpo. Era preciso morrer bem e ter um descanso digno, de preferência ao lado dos antepassados e dentro da igreja. Reis dedica a introdução de sua obra “A Morte é uma Festa” (1991) a falar sobre a Cemiterada, uma revolta popular ocorrida

na Bahia. Do que se tratava? Nas palavras do próprio autor: “Uma revolta contra um cemitério” (Idem) Tratava-se de uma manifestação contra a lei que proibia o enterro nas igrejas e entregaria o monopólio dos enterros a uma companhia privada por trinta anos. Apenas a ideia de serem enterrados longe da Igreja e dos seus símbolos sagrados, fora o bastante para desencadear a Cemiterada.

Apesar de não ter recebido corpos em seu interior, como já dito, a igreja católica de São José ainda desempenha um papel importante na questão dos funerais que acontecem na cidade. Em informação disponibilizada pelo IBGE, para o ano de 2010, 92,6% da população era praticamente da religião católica e, por ter essa maioria formada por católicos, os ritos fúnebres na cidade seguem um padrão há muito tempo estabelecido: a vinda do corpo de casa para a igreja, onde recebe todas as benções finais e rituais próprios e, depois disso, o corpo é levado até o cemitério para, enfim, ser sepultado. O cortejo é simples, acompanhado de familiares e amigos. Antigamente, era comum que os filhos, o marido, o pai ou amigos próximos fossem os responsáveis por carregar o caixão da igreja para o cemitério, mas hoje, com avanço dos serviços funerários, o caixão é levado em carros próprios.

1.2.1. As graças alcançadas: histórias de fé e devoção

Existe em São José da Lagoa Tapada, bem como em todas as cidades da redondeza, festas de cunho religioso para homenagear seu padroeiro ou sua padroeira. Uma festa que, geralmente, dura cerca de uma semana, sendo o dia comemorativo do santo o último dia da festa. A nossa cidade de nome grande mantém a tradição de também comemorar dois outros santos: São Francisco e Nossa Senhora do Desterro, com os mesmos direitos à festividade que o padroeiro, São José, tem. A história por trás dessas devoções remetem a duas experiências de fé, buscadas em momentos nebulosos da vida de homens e mulheres, uma devoção fruto de uma causa alcançada.

Logo em uma das pilastras centrais da igreja, encontra-se uma placa intitulada “História da Devoção a São Francisco” feita em comemoração à festa dos cinquenta anos de devoção (1967-2017). A placa nos conta que, em 1967, a senhora Bernadete

Alves Lopes, estando com um filho desenganado pelos médicos com Paratife-tife¹ (sic), rogou ao céu uma cura para seu filho Gilson. O pedido teria sido dirigido a São Francisco, santo de devoção de Dona Bernadete “Pelas vossas santas chagas, curai o meu filho, e eu farei de tudo para comprar uma imagem e comemorar durante toda a minha vida e gerações, o dia quatro de Outubro, a festa de São Francisco.” A graça teria chegado através de um chá, feito de cupim preto, ensinado por João Batista e tendo o cupim colhido pelo seu amigo, Zé Carmo. Após dez dias tomando a medicação natural, Gilson teria recuperado a fala e chamado sua mãe para junto de si, relatando que dois velhinhos de branco vieram fazer uma visita a ele e pediram que suspendesse o chá porque ele já estava curado. Dona Bernadete logo atribuiu o milagre a São Francisco e, afim de cumprir sua parte da promessa, mandou que comprassem a imagem do santo, que veio do Rio de Janeiro e, até os dias atuais, suas palavras se fazem valer com a comemoração anual em homenagem ao santo.

Assim como São Francisco, Nossa Senhora do Desterro também possui a sua placa comemorativa que narra a história de devoção, feita em comemoração à festa da santa, em abril de 2014. Nela, voltamos a 1930, quando a cidade se viu ameaçada por cangaceiros oriundos do bando de Lampião. Seu Francisco Mendes, morador da cidade, recorreu à Nossa Senhora do Desterro, rogando que ela livrasse a cidade dos “malvados”, em troca da construção de uma imagem da santa, custasse o que custasse. Como a graça fora alcançada, Seu Francisco, assim como fez Dona Bernadete, cumpriu sua promessa e mandou que fizessem a imagem da santa.

Tanto a graça realizada por São Francisco, quanto a de Nossa Senhora do Desterro aconteceram há pelo menos 50 anos, meio século, mas continuam repercutindo através do tempo e da história de São José, se tornando marcos fixos no calendário comemorativo da cidade. Essa devoção por santos e imagens constitui um dos pilares da religião católica, como explica bem Vera Irene Jurkevics:

O culto aos santos configura-se como um dos principais elementos do cristianismo. Tradicionalmente, a devoção a centenas de divindades do panteão católico pode ser entendida como um dos pilares desta religião, sobretudo por seus aspectos doutrinários e identitários. (JURKEVICS, 2004, p. 107)

¹ Acreditamos que a doença referida seja a febre tifoide.

A devoção a São Francisco, em 1997, foi oficializada em forma de lei, criando um feriado municipal para consagrar o seu dia. No dia 31 de março daquele ano foi aprovada a lei ordinária Nº 226/1997, em que “Fica criado os feriados Municipais dos dias 19/03, 28/07 e 04/10, referentes ao dia do Padroeiro São José, dia da Emancipação Política do nosso Município e dia Consagrado a São Francisco, respectivamente.” O reconhecimento do dia do feriado ao santo veio junto com o do padroeiro e da emancipação da cidade, em um mesmo patamar de importância.

Como já dito, o padroeiro da cidade é São José, outro marco fixo no calendário são-joseense, símbolo de devoção. São José é considerado o patrono da família, da Igreja e, também, é o patrono da boa morte. Na Bíblia, José teria sido o marido de Maria, a mãe de Jesus, concebida sem pecado por escolha de Deus para trazer ao mundo seu único filho. Enquanto padroeiro, São José seria um intermediário da cidade, seria ele que interveria junto de Deus pela proteção da cidade de São José. A tradição de ter um padroeiro ou uma padroeira remete ao tempo do antigo império romano, “pois o chefe patrício era juridicamente considerado patrono, em relação a seus clientes” (Idem, p. 119). Jurkevics ainda nos conta que

Gradativamente o conceito estendeu-se do âmbito familiar para o regional. Assim, os cristãos, desde muito cedo, passaram a usar a figura deles, espiritualizando-as e aplicando-as aos santos, como São Pedro e São Paulo, identificados como os “grandes patronos” e invocados mais tarde pelo então papa Leão Magno (? – 461), como padroeiros de Roma. (...) A escolha dos santos era determinada por diversas razões: seu nascimento, seu apostolado, seu martírio, um prodígio extraordinário, ou a posse de uma relíquia, mas, com freqüência o padroeiro era um antigo bispo da cidade (Idem, p. 119)

Não podemos ter certeza sobre a escolha de São José para ser o padroeiro da cidade, mas, como discutido no tópico sobre a origem do nome da cidade, acreditamos que possa ter sido uma homenagem ao dono das terras que mais tarde vieram a se tornar cidade ou que esse fosse o seu santo de devoção ou de sua família. A primeira menção que temos da festa a São José na cidade é de 1961, encontrada no Livro de Tombo da paróquia, mas sem descrição de como teria se dado essa festa. Nessa mesma passagem, o padroeiro foi chamado de “Glorioso Santo, provedor de favores

e benefícios” (TOMBO, p. 2), reforçando esse perfil de intercessão do santo. Em 1965, o dia do santo serviu para marcar a primeira missa da cidade celebrada por um são-joseense, Pe. Nelson Araújo (Idem, p. 8) e, no ano seguinte, aconteceu pela primeira vez a via-sacra pelas ruas da cidade (Idem, p. 8).

Para além da missa, a comemoração do padroeiro tem duração, como já dito, de cerca de uma semana, quando são organizados diversos eventos para saudar o santo: procissão com a imagem, barracas com diversos tipos de comida, novenas nos sítios. O lado intercessor do santo aparece novamente quando, por meio dessas comemorações, se espera que o santo mande um bom inverno. Seja como for, a escolha da data coincide com o período chuvoso no Nordeste, como mostra uma fala da Diocese da Paraíba, publicada no Jornal da Paraíba (2022): “Essa devoção origina-se nas tradicionais novenas ao santo, que coincidem com os períodos das chuvas que são fundamentais para a garantia de uma boa safra. Então os agricultores atribuem a São José a chuva como bênção do santo”.

1.2.2. O Morrer na Cidade

A morte não chega a ser um acontecimento tão corriqueiro na cidade. Por ter uma população relativamente pequena, menos de 10 mil moradores, a maioria do tempo, a vida passa de forma calma. Mortes violentas e crimes, por exemplo, comuns em grandes centros urbanos, não são uma realidade comum em São José da Lagoa Tapada. A morte por velhice ou doenças são as principais causas de mortes em São José nos últimos anos. Em termos mais exatos, entre 2006 e 2020, a principal causa de mortes na cidade esteve relacionada a problemas no sistema circulatório. Também é importante destacar neoplasias (tumores) e complicações no sistema respiratório como principais causadores de morte (IBGE, 2020). Sobre isso, podemos observar a tabela abaixo:

Anos / Causas (%)	APARELHO CIRCULATÓRIO	NEOPLASMAS	APARELHO RESPIRATÓRIO	OUTRA ²	Total (%)
2006	14,8	33,3	3,7	48,2	100
2007	33,3	6,7	6,6	53,4	100
2008	25,5	19,1	12,7	42,7	100
2009	31,7	19,5	14,6	34,2	100
2010	28,2	25,6	7,6	38,6	100
2011	31,6	16,6	15,0	36,8	100
2012	28,3	9,4	15,0	47,3	100
2013	22,0	16,0	16,0	46,0	100
2014	36,6	15,0	16,6	31,8	100
2015	34,0	12,7	8,5	44,8	100
2016	41,0	8,9	12,5	37,6	100
2017	29,1	18,7	10,4	41,8	100
2018	18,8	24,5	13,2	43,5	100
2019	20,7	13,2	18,8	47,3	100
2020	15,2	16,9	16,9	51,0	100

Fonte: IBGE – Pesquisa (Morbidade), 2006 a 2020

Com base na Tabela 1, podemos confirmar os problemas causados no aparelho circulatório como principal causador de mortes em todos os anos, com exceção de 2006, 2018 e 2020. Nesses anos mais pessoas morreram por causa de tumores (2006 e 2018) e problemas no sistema respiratório (2020). Também é importante analisar que, com exceção apenas de 2007 e 2020, esses três problemas juntas foram os responsáveis por mais da metade das mortes na cidade. Esse primeiro ano registra o menor número de mortes em um ano, que veremos abaixo na Tabela 2.

Anos	NÚMEROS DE MORTES		Total
	HOMENS	MULHERES	
2006	16	11	27
2007	7	8	15
2008	29	18	47
2009	23	18	41

² As outras causas encontradas na pesquisa são: Doença endócrinas, nutricionais e metabólicas; Doenças do sistema nervoso; Doenças do aparelho geniturinário; Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte; Doenças do aparelho digestivo; Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (2 casos, em 2019); Malformações congênitas, deformidade e anomalias cromossômicas (2 casos, 2006 e 2019); Algumas afecções originadas no período perinatal; Algumas doenças infecciosas e parasitárias; Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários; Transtornos mentais e comportamentais (2 casos, 2008 e 2017); Doenças da pele e do tecido subcutâneo (2 casos, 2012 e 2018); Gravidez, parto e puerpério (1 caso, 2018) e Causas externas de mortalidade.

2010	26	13	39
2011	37	23	60
2012	31	22	53
2013	31	19	50
2014	34	26	60
2015	23	24	47
2016	34	22	56
2017	35	23	58
2018	28	25	53
2019	27	26	53
2020	32	27	59

Fonte: IBGE – Pesquisa (Morbidade), 2006 a 2020

Apesar de nossa intenção nessa pesquisa ser analisar a morte sob uma ótica de uma comunidade rural, ainda assim se faz necessário expor os dados das mortes na cidade, que nada mais é o centro que gera o espaço do nosso estudo. Ocorre uma média de 47 mortes por anos, a grande maioria de homens (com ressalva em 2007 e 2015). Ainda que se morra pouco, a morte traz uma série de sentimentos que devem ser enfrentados pelos são-joseenses assim como todo mundo. Morrer significa, muitas das vezes, tristeza e uma série de ritos e cultos a serem seguidos, na cidade, ordenados pela Igreja Católica como já discutido. Mas uma coisa é certa, após esses ritos, o destino do corpo acaba sempre em um único lugar: o cemitério.

1.3. O Cemitério

Juntamente com os ritos que cada religião ou região possuem, o cemitério – ou o lugar destinado a receber o corpo para seu descanso final – é uma peça intrínseca do morrer. Não obstante, ficar sem sepultura era uma das formas mais temidas de morrer, pois morrer sem enterro significava virar alma penada (REIS, 1991, p. 213). Se faz necessário ter um local de descanso, onde o corpo possa “retornar ao pó³” em segurança e a alma possa ficar livre dessa possibilidade levantada por Reis.

Por muito tempo, esse lugar de segurança e descanso dos corpos falecidos foi a própria igreja, abrigando em seus subterrâneos centena de corpos. A casa de Deus, rodeada de orações e imagens de santos, era o lugar perfeito para isso, pois esses

³ Puxando um gancho da Bíblia, o livro mais importante dos católicos, que diz: “és pó e ao pó retornará” (Gênesis 3:19)

símbolos serviriam de proteção espiritual, ao mesmo tempo que eram caminhos para o divino. Ser enterrado na igreja era também uma forma encontrada para que os que já partiram não rompessem totalmente com o mundo dos vivos e que esses, os que ficaram, não esquecessem dos que haviam partido e sempre os lembrassem em suas orações (REIS, 1991, 213). Era uma fórmula perfeita, uma vez que a igreja, além de servir como lugar de descanso e de orações, também formava um lugar de atividades comunais, servindo como sala de aulas, discussões políticas e, para os católicos, estar presente no ciclo natural humano: desde a infância, quando passavam pelo batismo ou a crisma; na fase adulta, quando se casavam ou iam em busca da presença de Deus; até findar na morte e as missas *em memória* do morto (missa de sétimo dia, de mês e de ano).

Nesse ir e vir até a igreja, durante todos os anos da vida, ficava difícil esquecer aqueles que partiram. Quando não se havia espaços disponíveis, o corpo poderia ser enterrado ao redor da igreja. A regra era só uma, quanto mais perto melhor:

Ser enterrado próximo aos altares era um privilégio e uma segurança a mais para a alma, atitude relacionada à prática medieval de valorizar a sepultura próximo aos túmulos de santos e mártires da cristandade. Acreditava-se que essa intimidade contaria no momento do Juízo final, além de favorecer a alma por ocasião do julgamento pessoal que seguia à morte (Idem, p. 220).

Essa prática de enterros na igreja durou até o século XIX. Naquele século, estavam sendo promulgadas leis, como a imperial de 1828, que regulamentava às Câmaras Municipais do Império do Brasil no que diz respeito a estrutura, eleições, funcionamento, funções e outras matérias (Idem, p. 343). Trata-se de uma longa lista de leis, mas o que nos interessa é o parágrafo segundo do art. 66, referente às “posturas policiaes”: “Sobre o estabelecimento de cemiterios fóra do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade ecclesiastica do lugar”. Apesar disso, ainda podemos encontrar diversos indícios da permanência dessa prática nas igrejas (BORGES, 2021, p. 149). Um exemplo disso é que, em 1865, ou seja, 37 anos após promulgação da lei, o jornal *O Publicador*, da cidade de Teixeira, localizada na região sertaneja, em sua 925ª edição, de outubro, trouxe a publicação

da Lei de nº 205, aprovada em 30 de setembro daquele mesmo ano, pela Assembleia Legislativa Provincial, que dizia:

Art. 1.º são proibidos neste município os enterramentos nas igrejas, e em qualquer lugar, que não serjão os cemitérios públicos, e só das seis horas da manhã até as seis e meia da tarde. O infractor pagará a multa de seis mil réis; e se a infracção consistir em enterramento nas igrejas, oito dias de prisão. (O PUBLICADOR, 5 out. 1986, p. 1)

Aqui em São José da Lagoa Tapada, esse espaço cemiterial se encontra dentro dos limites da cidade, especificamente, na entrada do centro da cidade, o que não era um costume tão comum assim. Como já dito, primeiro se enterrava no solo das igrejas – “para se estabelecer um cemitério, construía-se uma igreja (ARIÈS, 1977, p. 68). Em meados do século XVIII se tornou comum o uso de carneiros, “com eles as sepulturas se transferiram dos pavimentos para a cavidade longitudinais que formavam paredes, geralmente nos subsolos das igrejas” (REIS, 1991, p. 222). A regra que valia ainda era a mesma: quanto mais perto, melhor. Se não poderiam enterrar dentro da igreja, passaram a usar o subsolo dela. Do latim *carnerium*, significa depósito de carne e fora ele a primeira representação de um cemitério, redefinindo

(...)o lugar dos mortos no espaço sagrado e a relação, neste espaço, entre vivos e mortos. Estes deixariam de ser pisados e lembrados diariamente pelos frequentadores das igrejas, tornando-se reclusos, ocultos àqueles que não se lembrassem de visitá-los aqueles subsolos. Longe das vistas dos vivos, os mortos agora também se separavam de seus santos de devoção e do senhor do altar-mor. (...) Os carneiros representaram, sem dúvida, um passo importante na transição para o cemitério extramuros e para uma nova sensibilidade funerária, embora mantendo-se fisicamente parte do templo. (Idem, p. 222)

Ainda que isso afastasse os cadáveres de seus preciosos santos e símbolos sagrados, o que de fato acontecia era que eles ainda continuavam no que consideravam solo sagrado, o subsolo da igreja, garantidos na proteção e nos benefícios que acreditavam existir. Mas uma série de mudanças, muitas delas que

geraram bastante confusão, estavam prestes a acontecer. Mudanças essas que foram a explicação para a transição dos carneiros para os cemitérios extramuros.

Primeiro que, separar o cadáver do espaço sagrado era considerado uma das maiores afrontas que poderia fazer. Ser enterrado em outro lugar, que não no solo da igreja, era o destino daqueles considerados as “escórias” da sociedade. Ao falar do cemitério Campo da Pólvora, na Bahia, José Reis assim nos conta que lá era o “destino dos suicidas, criminosos, indigentes e escravos (...)” (Idem, p. 241). Quando de fato os enterros começaram a acontecer em cemitérios, que nada mais eram do que valas comuns no começo, esses lugares foram construídos fora da cidade e então “os cemitérios foram aos poucos substituindo as igrejas como espaço de sepultamento dos mortos” (BORGES, 2021, p. 149).

Aqui em São José, como não teve enterros na igreja, também não tivemos a presença de carneiros. A primeira menção que encontramos sobre o lugar de descanso final já nos fala de um cemitério, o mesmo que temos até o dia atual na cidade, que está presente no Livro de Óbitos de 1931, quando São José ainda não passava de uma povoação, distrito de Sousa. Como boa parte das cidades nordestinas, São José foi erguida ao redor de uma capela, sendo ela o centro e a região de maior movimentação. Estudando a localização da atual igreja, construída exatamente onde ficava a capela inicial, podemos concluir que o cemitério teria sido construído longe desse centro movimentado, como mandavam as normas de higiene da época. Porém, com a passagem do tempo e a construção de novas casas e comércios, a cidade acabou por “abraçar” o cemitério e fazer dele parte da cidade. Na última década, esse mesmo cemitério passou por uma reforma, na qual um novo espaço foi construído, uma expansão, mas se mantendo no mesmo lugar (figura 2). Atualmente, o cemitério “velho”, como é chamado, se encontra desativado, sem espaço para novas covas, sendo enterrados lá somente as famílias que já têm um espaço garantido.

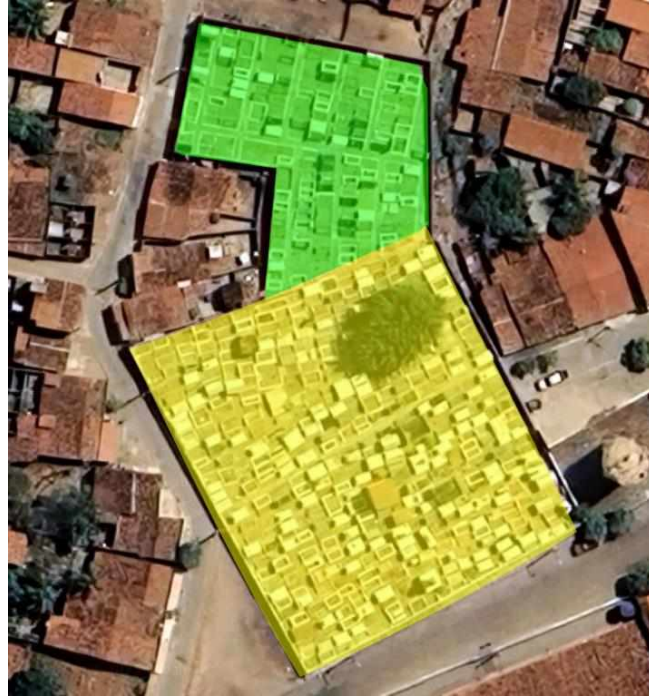


Figura 2: Vista do cemitério "Velho" (amarelo) e o "Novo" (verde). **Fonte:** Google Maps, 2022



Figura 3: Localização geográfica do cemitério (vermelho) e a igreja (azul). **Fonte:** Google Maps, 2022.

Na imagem acima, é possível ter uma visão panorâmica da distância entre as duas construções. Essa distância era comum e necessária, pois era preciso construí-lo em um lugar que não pudesse causar problemas como mal cheiros que, como acreditavam os médicos higienistas, podiam causar doenças aos vivos: “Uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em

cemitérios extramuros.” (REIS, 1991, p. 307). Esses odores provocados pela decomposição dos mortos é um dos motivos da proibição dos enterros nas igrejas, pois

(...) a decomposição dos cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e epidemias. Os mortos representavam um sério problema de saúde pública. Os velórios, os cortejos fúnebres e outros usos funerários seriam focos de doença (...) (Idem, p. 307)

Mais adiante, ainda Reis, continua: “O cheiro da morte devia ser excluído entre os vivos.” (Idem, p. 327). É essa uma das explicações desse afastamento dos enterros nas igrejas e, conseqüentemente, dos vivos e dos mortos, pois “juntamente com outros pontos de imundices, como lixões e esgotos, seriam as emanações fétidas provenientes dos apodrecimentos dos cadáveres, responsáveis pelas epidemias que dizimavam as populações em várias províncias brasileiras” (BORGES, 2021, p. 150).

1.4. Cruzes na Beira da Estrada

Antes de finalizar esse capítulo, gostaria de abrir um pequeno ponto de discussão sobre a prática da construção de cruzes nas beiras das estradas para demarcar que naquele local houve uma morte, mas não qualquer morte, uma morte repentina ou violenta, como um acidente de carro, um assassinato, o oposto da boa morte que se é esperada ter:

“as cruzes das estradas compõem uma economia da salvação para mortes repentinas e uma estratégia de bem lembrar os mortos, sob uma dimensão simbólica do catolicismo popular” (OLIVEIRA, 2014, p. 10).

Essa prática se tornou popular, principalmente, nas cidades do interior e, até hoje, é algo comum de se ver em estradas de grande movimentação, onde os riscos de um acidente, por exemplo, são mais fáceis de acontecer. Sobre essa questão, Patrícia Teles Retondar nos conta que

O aparato visual em torno da morte e que aqui se expressa na construção e manutenção de artefatos e memoriais fúnebres de beira de estrada nos conecta a uma percepção sobre o papel da religião e da transcendência que, em função da finitude provocada pela morte, neste caso específico, repentina, busca trazer alívio para a dor da perda, bem como uma percepção de memória e também das crenças ali representadas (RETONDAR, 2017, p. 89).

O caminho que parte de São José da Lagoa Tapada e chega ao sítio Carrasquinho, que estudaremos no próximo capítulo, tal como a estrada que conecta São José a Sousa, uma via importante para os são-joseenses, são marcadas por esses monumentos. Essas estruturas podem se apresentar de diversas formas, algumas grandiosas e com mais elementos, outras, com mais frequência, são mais simples, com uma base de concreto em que é fixado uma cruz de metal trazendo, normalmente, as iniciais do nome do falecido. Nessas cruzes são amarradas fitas, colocada flores e ornamentos típicos associados à morte e à fé católica. Nos aniversários da morte é comum que algum membro da família (ou mais de um) vá até esse monumento e acenda uma vela, ou mesmo mande celebrar uma pequena cerimônia no lugar. Esse costume está fortemente ligado às raízes de uma religiosidade dita popular, mais presente nas áreas rurais, que encontram ali uma forma de homenagem e de adeus e de manter viva a memória de um ente querido:

(...) a questão da memória irá se manifestar através da produção desses suportes visuais, nos ajudando a perceber com mais detalhes elementos de uma cultura religiosa, de um conjunto de crenças, de uma religiosidade popular que permearam e ainda permeiam de alguma maneira o universo de uma parte da nossa sociedade." (Idem, p. 90)

Antes, a morte era uma coisa íntima, que causava medo e era envolta em uma aura de mistério. Era a morte que chegava em silêncio. Depois, a morte passou a ser um espetáculo a ser visto, com cortejos, com enterros em lugares que não deixavam que fosse esquecida. A cruz na beira das estradas parece se inserir nesse cenário, uma exposição constante, uma forma de homenagem que implica em ser visto, uma forma própria de expressão de seus agentes e também sua conexão com a memória

daqueles que partiram, uma vez que “as cruzes das estradas são uma estratégia de bem lembrar os mortos e de cultuar a memória deles” (OLIVEIRA, 2014, p. 42).



Figura 4: Uma das cruzes na estrada que leva até o sítio Carrasquinho. **Fonte:** Arquivo pessoal, 2021

CAPÍTULO II

UM SÍTIO NO MEIO DO NADA

Neste capítulo, tratamos sobre o sítio que nos possibilita esta pesquisa: o sítio Carrasquinho. Passaremos pelos dados demográficos desse lugar, sua relação com a cidade e com a religião, abrindo espaço para, no próximo capítulo, tentarmos entender a relação com a morte. Para isso, usamos da própria voz da comunidade, através de relatos que a História Oral nos permite acessar.

Também abordaremos as novenas e como essa prática forma um padrão sociorreligioso que move certos aspectos da vida dos moradores do sítio. E, por fim, falaremos um pouco sobre a história da padroeira do Carrasquinho, Santa Luzia, e a festa a ela dedicada.

2.1 O sítio: caracterização

A cerca de 5 quilômetros da cidade de São José, o sítio Carrasquinho surge após uma longa ladeira. Estando ligado à cidade por uma estrada de terra, sem nenhuma sinalização que possa indicar o caminho, fortemente marcado apenas por cercas de arame farpado que delimitam as propriedades privadas.

No DICIO, encontramos que Carrasquinho “aplica-se ao terreno em que cresce carrasqueiros e outros arbustos baixos e silvestres.” Carrasqueiro seria um arbusto (*Quercus coccifera*) nativo na Europa, África e Ásia. Logo, nos resta considerar a segunda parte da definição, no que se refere a arbustos baixos e silvestres, comumente encontrados no sítio.

Para chegar ao sítio é preciso cruzar a parede do açude que abastece a cidade de São José da Lagoa Tapada. Há poucos metros de entrar nos limites do sítio, existe um outro ponto interessante que gostaria de expor aqui: trata-se da famosa – entre os moradores do sítio – Pedra da Galinha Choca. A pedra em questão não tem uma estrutura colossal ou nada de chamativo, podendo passar despercebida e ser interpretada como mais uma rocha entre muitas. Mas, para quem lá vive, ela possui

uma certa aura de sobrenatural, pois são inúmeros os relatos que contam sobre a aparição repentina de uma galinha choca, isso é, o choco é a condição que o animal está pronto para aquecer os ovos e garantir o desenvolvimento dos filhotes. Quando assim, ela assume uma postura mais defensiva e um barulho característico, que é o que se ouve ao passar pela pedra.

O ambiente rural é bastante rico no que diz respeito a esse tipo de narrativa, de aparições, lugares assombrados e sinais do além. Desde histórias como o do lobisomem que aparece na lua cheia até de espíritos voltando para contar segredos ou entregar presentes. Essas histórias vão passando de geração em geração, sobrevivendo ao tempo, através da oralidade:

Essas histórias estão fortemente associadas ao ato mesmo de contar. Elas passam a existir após o ato da narrativa, que se configura durante uma reunião familiar, no pátio externo das residências – no terreiro – ou no interior das casas de farinha, geralmente durante o descanso da noite (VASCONCELOS, 2001, p. 304).

A esse tópico, sobre as causas sobrenaturais e seus seres, voltaremos a discutir mais adiante, no capítulo 3. Por enquanto, vamos nos ater aos espaços do sítio e a sua história. Infelizmente, não dispomos de documentos escritos que possam nos contar sobre a origem do lugar, quem aqui primeiro se instalou ou a quem pertenciam essas terras e os motivos que os levaram a virem morar aqui, nos restando justamente a oralidade como nossa fonte primária. O senhor Antônio Afonso (LIMA, A. A. 2023), em entrevista realizada para este trabalho, nos conta que, na sua lembrança, os primeiros donos das terras onde viriam a ser o sítio, pertenciam a Antônio Afonso de Carvalho, conhecido como Antônio Sinhó e a sua esposa Francisca Afonso de Carvalho, ambos os pais adotivos do entrevistado.

Assim como São José da Lagoa Tapada possui uma relação com Sousa até os dias de hoje, o Carrasquinho também possui com a cidade nos mais diversos campos. A primeira questão é a econômica, uma vez que, no sítio, não há nenhum comércio ou coisa parecida, necessitando os moradores terem que se deslocar até São José para efetuarem suas compras. O mais perto que podemos chegar de um comércio se trata de uma área de lazer, limitada apenas a vender bebidas. Serviços de atendimento

médico, mesmo os mais básicos, e educação também estão presentes apenas na cidade.

Ser jovem no Carrasquinho hoje não é fácil, levando em consideração que o mundo moderno oferece opções que lá só se veem nas televisões e celulares. Mas, como todo senhor e senhora de idade afirma, antigamente, era mais difícil. Hoje, por exemplo, não há distribuição de água tratada. O único serviço ofertado vem dos esforços da associação de moradores, que possui um motor e requer que algum morador leve até a beira do açude para abastecer uma caixa d'água central para então distribuir para as casas em dias alternados.

Denominada de Associação Comunitária Rural Miguel R. Coura, essa tem sido a principal associação de defesa dos direitos dos moradores da comunidade, conseguindo por meio dela serviços e convênios de melhorias para todos. Miguel Coura teria sido um dos primeiros donos de terra do sítio e um dos primeiros moradores daqui, como vemos no relato de Dona Lení, em entrevista para esta pesquisa: “Eram de Miguel Coura, depois de... (pausa) depois que outras pessoas morou, aí Miguel Coura ficou aqui direto (...)” Em 2011, por meio do Projeto Cooperar, foi conseguido o convênio do Complexo Sanitário Domiciliar, que beneficiou 18 famílias da comunidade, garantindo a instalação de banheiros em suas casas.

Para além da falta de água tratada, o sítio também não possui rede de telefonia, restando a internet como único meio de comunicação tecnológico, exercendo seu papel de comunicação e levando/trazendo a notícia rapidamente para os 93 moradores da comunidade⁴.

⁴ Contagem realizada por nós, visando este trabalho.



Figura 5: Área habitada do Sítio Carrasquinho. **Fonte:** Google Imagem, 2022

2.2 A prática religiosa das novenas

Apesar de suas diferenças e estilos de vida diferentes, os moradores possuem uma característica em comum: a fé e a devoção. Dos 93 moradores, apenas 3 deles não são praticantes da fé católica, criando assim um espaço quase único de religiosidade que desenvolvem ritos e tradições da fé semelhantes. Estando longe da igreja de São José, que possui assistência cotidiana do padre, a prática religiosa católica no sítio Carrasquinho centra-se na realização de novenas. Assim sendo, a novena constitui um dos principais ritos religiosos do Carrasquinho. Retondar (2017), comentando sobre esses ritos, afirma que

(...) enquanto parte integrante e indissociável da tradição religiosa católica e da religiosidade popular a ela veiculada carrega a possibilidade de o adepto entrar em comunhão e sintonia com a fonte primordial de força e energia que emana das suas origens. Tornando-se, portanto, os rituais religiosos carregados de simbologias e realizados com os mais variados propósitos desde os de iniciação ou passagem, litúrgicos, comemorativos ou festivos, de cura, mortuários ou fúnebres (...) (RETONDAR, 2017, p. 54)

No Carrasquinho, esse ritual ficava a cargo da Senhora Terezinha. Cabia a ela guiar todo o ritual: lia, recitava, cantava, seguindo seu livrinho e sendo acompanhada pela comunidade, que se fazia quase por completa. Existiam justificativas para quando alguém faltava, pois era um dever importante participar de tal ato. As novenas aconteciam nas casas dos moradores, que cediam suas moradas quando se tratava de uma celebração programada e anual, como a de São Francisco ou do padroeiro. Quando a novena era realizada em prol de uma promessa era celebrada na casa de quem pediu a graça.

Uma das celebrações mais importantes se trata da Festa dos Cachorros, realizada no dia de São Lázaro. Apenas uma casa participa da celebração, em que primeiro é celebrada a novena, como de costume, e depois um banquete é servido. Mas os primeiros a serem servidos são os cachorros. Os animais levam os melhores pedaços das galinhas, as maiores carnes e são tratados com o máximo de respeito, podendo somente os humanos comerem depois que esses terminarem. Essa é uma inversão do que normalmente encontramos, quando o animal come somente depois que o último membro da família come, restando para ele as sobras e ossos. Para Silvana Vieira de Sousa (2008)

A festa de culto a São Lázaro expressa uma prática e crença do catolicismo popular. Devotos desse santo, homens e mulheres sertanejos homenageiam, e agradecem os feitos realizados por esse santo. Chamada pelos sertanejos de festa de São Lázaro, essa cerimonia se realiza a partir de uma promessa feita à São Lázaro de oferecerem um almoço para os cachorros (SOUSA, 2008, p. 2)

A mesma autora ressalta que essas festividades e a celebração a São Lázaro acontecem sem a presença de um sacerdote da região. Aqui no sítio Carrasquinho, como dito, é responsabilidade de Dona Terezinha. SOUSA ainda nos conta que

“Esse culto e tradição religiosa acontece, em sua maioria, sem a intervenção ou presença dos sacerdotes da região. Segundo estudioso da religiosidade dos meios populares, essa ausência de padres, muitas rezas e devoção de santos, são características do catolicismo popular (...) (Idem, p. 5)”

Sobre o ato das novenas, Flavio Rogério Lopes (2020) para *O São Paulo*, o Semanário da Arquidiocese de São Paulo, nos diz que essa prática teria surgido logo após a ressuscitação de Jesus:

Acredita-se que essa prática teve sua origem ou inspiração no dia da Ascensão do Senhor ao céu, quando próprio Jesus indicou aos seus apóstolos que permanecessem um tempo unidos em oração até que recebessem o Espírito Santo prometido.

“Ordenou-lhes que não se afastassem de Jerusalém, mas que esperassem o cumprimento da promessa de seu Pai [...]. tendo entrado no cenáculo, subiram ao quarto de cima, onde costumavam permanecer. Todos eles perseveraram unanimemente na oração, juntamente com as mulheres, entre elas Maria, mãe de Jesus” (AT 1, 4-14) (LOPES, 2020).

As novenas eram rezadas em nove dias. Isso teria relação com o ideal da Santíssima Trindade – Pai, Filho e Espírito Santo. Os três, mais três, mais três, que dão um total de nove. Saí o nome, novena. Lopes (Idem), citando o teólogo Scott Hahn, no seu livro “Sinais de Vida – Quarenta costumes católicos e suas raízes bíblicas” mostra que

Novena é uma oração que envolve nove etapas. Pode contemplar nove orações a serem recitadas ao longo de certo período, ou pode exigir que a mesma oração seja repetida nove vezes – diariamente, por exemplo, ao longo de nove dias, ou mesmo semanalmente, ao longo de nove semanas (LOPES apud HAHN, 2020)

Hoje, o sítio conta com uma estrutura própria para a realização de suas novenas e missas, uma capela – que falaremos adiante. Mas, é importante ressaltar que a construção da capela não excluiu a realização de novenas nas casas dos moradores. A novena rezada no dia da Festa dos Cachorros, por exemplo, ainda continua sendo celebrada em casa.

2.3. A capela e a Festa da Padroeira da comunidade

Já falamos aqui que o padroeiro da cidade, São José, precisa dividir sua atenção com outro santo e santa no que diz respeito à devoção, ao feriado e à festa. Ainda existem outros santos que possuem uma parcela da população são-joseense sob seus cuidados: os padroeiras e padroeiras da zona rural. Santos e santas escolhidos como protetores daquele lugar, devotados e celebrados anualmente em festas que contam com a presença das autoridades religiosas, dos moradores da comunidade e de comunidades vizinhas.



Figura 6: Capela presente no sítio Carrasquinho. **Fonte:** Foto de arquivo pessoal

A santa escolhida como padroeira do sítio Carrasquinho foi Santa Luzia. A imagem que temos da jovem santa é de uma mulher de cabelos castanhos, pele branca, usando roupa vermelha e verde (as vezes azul) e um manto branco e segurando uma folha de palmeira na mão esquerda, “item comum no imaginário religioso, pois representaria a imortalidade” (VEIGA, 2012). Os católicos sabem que o detalhe que mais chama atenção na sua representação é aquilo ela traz na mão direita: uma bandeja dourada, contendo um par de olhos.

Santa protetora dos olhos e da visão, a história de Luzia afirma que sua existência terrestre data de 283, nascida na cidade de Siracusa, na Sicília. Siracusa hoje faz parte da Itália. Vivendo em uma época que a fé católica era perseguida e condenada pelo governo romano, Luzia perdeu seu pai muito jovem e dedicou parte da sua infância aos cuidados de sua mãe, Eutíquia, que sofria de severas hemorragias. Partindo em uma peregrinação a cidade de Catânia, ainda na Sicília, Luzia se dirigiu a tumba de Santa Águeda para pedir a cura das doenças de sua mãe. Ali, após uma epifania, teve certeza da graça alcançada e decidiu dedicar sua vida ao cristianismo e a Deus. Nesta mesma época, ela já estava prometida em casamento, mas teria voltado atrás, rejeitando tal acordo, já que a castidade agora era parte do seu estilo de vida, o que não agradou muito seu pretendente, pois

Contrariado, o jovem pretendente decidiu denunciá-la ao procônsul Pascásio – na estrutura romana, procônsul era o magistrado encarregado de administrar cada província, como um governador ou um prefeito. Naquela época, Roma era comandada pelo imperador Diocleciano (243-312), cuja marca foi a perseguição aos que professassem a fé cristã (Idem, 2012).

A consequência disso teria sido uma série de torturas, tanto mentais quanto físicas. Porém, nesse ponto, começam a surgir as diversas versões do que teria acontecido com a menina, sendo as mais divergentes referentes ao que teria acontecido com seus olhos. Alguns contam que os olhos teriam sido arrancados por seu pretendente por serem bonitos demais e isso o enfurecia ainda mais depois de ter sido rejeitado por ela. Outras versões contam que não teria sido ele a arrancar, mas soldados cumprindo ordens do antigo pretendente. Um dos pontos em comum nas duas versões é que Deus teria concedido imediatamente um par de olhos novos para Luzia. Para Veiga (Idem), essa ligação tem uma origem etimológica também, Luzia, afinal, vem do latim lux, ou seja, luz.

Santa Luzia teria morrido em 13 de dezembro de 304 e essa data se perpetuou como sendo a data de sua veneração. No Carrasquinho não é diferente, a data se mantém em evidência, sendo dedicada à devoção dela e uma festa grandiosa é celebrada em seu nome.



Figura 7: Convite para festa da padroeira no ano de 2022. **Fonte:** Imagem de Divulgação

No sítio, todos fazem o possível para participar das comemorações à Santa Luzia, seja indo até a capela no dia 13 de dezembro para assistir à missa celebrada pelo padre, seja ajudando com alguma coisa, principalmente doação de alimentos ou galinhas para a quermesse que ocorre depois da celebração – quermesses também são práticas comuns na celebração do padroeiro da cidade. Para Jurkevics (2004), essas “manifestações religiosas, envolvendo a devoção aos santos constituem-se numa das mais antigas práticas do cristianismo.” (JURKEVICS, 2004, p. 1).



Figura 8: Bandeira da padroeira estendida durante a realização da novena em sua homenagem no ano de 2022. **Fonte:** Foto de arquivo pessoal

Tradicionalmente, após a celebração, temos o leilão de galinhas, no qual os animais, já cozidos, são leiloados para os participantes por lances mais altos que o comum, tudo em prol da santa e da capela. Também é comum a presença de barraquinhas montadas pelos próprios organizadores da festa, que são membros da própria comunidade, onde são vendidos alimentos como creme de galinha, bolos e munguzá, também em prol da igreja.



Figura 9: Realização da festa de Santa Luzia, no ano de 2022, em frente à capela da comunidade.
Fonte: Foto de arquivo pessoal

O que podemos verificar é a existência de um cotidiano religioso, centrado nas práticas e rituais católicos. O sítio Carrasquinho possui momentos de religiosidade a partir da fé católica de seus moradores, por meio das quais realizam novenas, celebrações e festas a seus santos de devoção. Percebe-se o quanto a religiosidade marca os momentos da vida desses homens e mulheres sertanejos ao nascerem, durante a vida e, ainda, quando da morte.

CAPÍTULO III

A MORTE CHEGA DE MANSINHO

Os mais antigos “cemitérios” humanos, onde se encontram ossadas dispostas em certa posição acompanhadas ou não de alguns objetos, mostram que mesmo o ato de enterrar os mortos respondia a questões relativas à vida e à morte e implicava uma escolha da “melhor forma” da ação. Aceita pelo grupo, essa “melhor forma” tendia a se repetir, transformando-se em ritual – uma ação revivida em grupo e explicada em função da reposta coletiva dada ao que “para que” e ao “por que” da existência humana. (COSTA, 2005, p. 15)

Nesse capítulo, através dos trabalhos de João José Reis (1991) e Philippe Ariès (1974) e a partir dos relatos orais coletados para a construção deste trabalho, procuramos adentrar no universo da morte, tentando entender como seu funcionalmente movimenta a comunidade do sítio Carrasquinho. Desde antes da morte, com a prática do fazer quarto e os atos de solidariedade, passando pelo velório e suas práticas, até adentramos no enterro e no luto. Também falaremos sobre a prática de fotografar os mortos e como isso representou uma forma de manter viva a memória daquele que partiu.

3.1 A morte e seus anúncios

A morte, enquanto aquilo que traz um sentimento de perda, é um aspecto bem presente na vida da população rural: a morte de algum animal, como ovelha, cabra, galinha se faz presente de forma costumeira, seja ela natural ou induzida para o consumo. Ainda sendo uma morte que causa comoção, mas não tanto como a perda de um ser humano. E por mais que possa parecer uma coisa tola, essa morte ainda é capaz de ditar algumas condições da vida rural, como por exemplo, as datas para colocar uma nova leva de ovos para chocar e multiplicar as aves do sítio, uma vez que não se faz isso perto da estação chuvosa ou próxima das festas de São João, pois,

segundo a crença local, o barulho dos trovões ou dos fogos podem matar os fetos em estágio de desenvolvimento.

Falando em galinha, mais precisamente o galo, é tido como um dos anunciante da morte, capaz de prever quando alguém está prestes a morrer através do seu canto *fora de hora*, isso é, de madrugada, quando deveria estar dormindo. A única forma de reverter esse agouro é se algum outro galo responder, ou seja, também cantar em respostas ao primeiro: “galo cantou fora de hora ou era gente que morria, ou moça que fugia” (LIMA, A. A., 2023). Outro animal que possui esse dom sobrenatural seria o touro e esse vinha até o pé da porta da pessoa que iria morrer e urrava, rugia de forma grotesca e assustadora.

Ao longo da história da humanidade, os seres humanos possuem uma relação muito próxima com os animais. Um exemplo disso é que podemos encontrar em pinturas rupestres representações de interação entre homem e animal. Os egípcios possuíam seus deuses representados de modo antropozoomórficos, isto é, corpos humanos com cabeças de animais, tais como a deusa Sekhmet, com sua cabeça de leoa; e o deus Hórus, representado com a cabeça de um falcão. Sobre o simbolismo exercido pelos animais no ser humano, Dantas e Freire (2017) assim nos contam:

O simbolismo animal tornou-se universal, faz parte do inconsciente coletivo referente a lendas e escrituras religiosas da maior parte das culturas do mundo. É através das diversas significações que até hoje determinados animais são apreciados, ignorados e afugentados pelos humanos (DANTAS, FREIRE, 2017, p. 12).

Dentre os animais mais famosos, quando diz respeito aos agouros da morte, temos que citar a coruja *Tyto alba*, conhecida popularmente como rasga-mortalha. No caso da ave, seu canto é o que preocupa os mais supersticiosos e esse é dividido em dois momentos: o de *rasgar*, quando o canto se assemelha a um pedaço de tecido sendo rasgado, e o de *costurar*. Como o galo, a coruja também possui um antídoto para evitar que a desgraça caia sobre aquela casa. No caso, é preciso que se complete os dois momentos do seu canto. Se ela apenas *rasgar*, não há escapatória; se *rasgar* e *costurar*, então é possível que se escape. O fato é que a coruja sempre foi um animal envolto de mistérios. Na Grécia Antiga sua imagem era associada à deusa Atena e à sabedoria; na China, à proteção contra chuvas perigosas; e na Índia sua carne era

usada para curar dores (MENQ, 2013). A rasga-mortalha possui esse nome devido a coincidência do seu canto se assemelhar a um tecido rasgando, o que levou muitos a acreditarem que a ave estava costurando a mortalha da pessoa que iria morrer. Sobre isso, o folclorista Luís da Câmara Cascudo comenta que

O atrito das asas lembra um pano resistente que fosse rasgado bruscamente. Os supersticiosos dizem que a coruja está *rasgando mortalha* para algum doente da vizinhança. Atraída pelas luzes acesas no aposento dos doentes, a rasga-mortalha insiste nos vãos e rumores, assustando a todos, como num aviso de morte inevitável e próxima. (CASCUDO, 1954, p. 768)

Assim como esses animais possuem o dom de prever essas calamidades, o sonho também aparece como um dos principais meios de anúncio da morte – e de comunicação entre esses e os vivos, tema que falaremos mais adiante. Sonhar com a morte, seja uma pessoa que já morreu ou com alguma pessoa morrendo/sendo velada, novamente significa que alguém próximo estar prestes a morrer.

A morte sempre está por perto e sempre arruma uma forma de mandar seus anúncios e sinais: “Primeiramente, são advertidos. Não se morre sem ter tido tempo de saber que se vai morrer” (ARIÉS, 1989, p. 29). Morrer é um ato que deve ser anunciado com antecedência; a morte sem anúncio, repentina, súbita é uma morte considerada feia e brutal. É necessário ter a presença dos amigos e da família por perto, seja para mostrar compaixão, seja para perdoar e ser perdoado. No sítio Carrasquinho, essa proximidade e presença junto com quem está prestes a morrer se revela no *fazer quarto*, uma forma de solidariedade que abrange o enfermo e a família dele.

3.2 Solidariedade com os mortos

Dentro do dicionário DICIO, a palavra *solidariedade* possui muitos significados. Dentre eles, gostaria de citar aqui dois: “compadecimento com as dificuldades ou sofrimentos de outras pessoas” e “assistência moral demonstrada a uma pessoa em determinadas situações”. Compadecimento e assistência parecem ser as palavras adequadas para descrever o *fazer quarto*, como ficou conhecida a ida e ajuda prestada pelos moradores do sítio Carrasquinho à família e ao moribundo: “(...) quando a pessoa bota

pra morrer a gente vai pra ver, né? Pra se despedir e ficar lá ajudando a família, faz um almoço, passa um pano, essas coisas.) (COURA, A. M., 2023). Fazer quarto significa isso, ajudar, significa não deixar o moribundo sozinho ou a família em sofrimento pela perda que não tardará a chegar, tentando garantir que esse seja um momento mais tranquilo, pois “a solidariedade para com os doentes e agonizantes era um dever cristão (...)” (REIS, 1991, p. 127).

Como mencionado, o fazer quarto também pode ser conhecido como *fazer quartas*, como observa a historiadora Maiza Ribeiro (2017), em sua pesquisa sobre a morte em São João do Rio do Peixe, na Paraíba. Neste trabalho, vamos usar o *fazer quarto* por assim ser conhecido no Carrasquinho, que não se resume somente ao moribundo, sendo uma ajuda necessária à família também, uma ajuda amplamente defendida e incentivada pela Igreja Católica:

(...) Quando, no momento da morte, a relação com Deus se realiza plenamente no encontro com “Aquele que não morre, que é própria Vida e o próprio Amor, então estamos na vida; então “vivemos”” (Bento XVI, Spe salvi, 27). Para a comunidade dos crentes, este encontro do moribundo com a Fonte da Vida e do Amor representa um dom que tem valor para todos, que enriquece a comunhão de todos os fiéis. Como tal, ele deve conter a atenção e a participação da comunidade, não só do núcleo dos familiares mais chegados mas, nos limites e nas formas possíveis, de toda comunidade que esteve relacionada com a pessoa que morre. Nenhum crente deveria morrer na solidão e no abandono (PAPA BENTO XVI, 2008).

No sítio da nossa pesquisa, assim como em outros sítios da redondeza, ainda é comum o desejo de morrer em casa, um lugar que remete à segurança e ao conforto, que traz memórias, boas e ruins, da vida do doente, possivelmente sendo o lugar onde esse nasceu e viveu toda sua vida. Tomada essa decisão de morrer em casa, logo um quarto é preparado para rescrever os momentos finais e ser o centro de atenção daquela casa até a morte, de modo que a família tende a deixar de lado algumas tarefas para focar a atenção total ao necessitado: “a iminência da morte transforma o quarto do moribundo em uma espécie de lugar público” (ARIÈS, 1974, p. 216). Cabendo à comunidade tomar para si essas tarefas, como alguns serviços domésticos, de limpeza da casa, de preparo de refeição, de lavagem de roupas e até mesmo do cuidado do moribundo como uma forma de dar descanso à família já desgastada:

As mulheres se lançavam a muitas tarefas, cozinhando, lavando, fervendo e passando roupa para o doente, costurando sua mortalha. Ajudavam também no elaborado banho de água misturada a cachaça e álcool, no abanar e mover o acamado. Em meio à fumaça de incenso, os homens se reuniam na sala a conversar sobre doença e morte (REIS, 1991, p. 126).

Uma das principais solidariedades que se pode aplicar ao moribundo é se certificar que ele, no momento em que tiver fazendo a passagem, receba em suas mãos uma vela acesa, que servirá para iluminar seu caminho depois que a alma deixar o corpo. Silva e Medeiros, sobre isso, assim comentam: “no exato momento da partida era necessário acender uma vela virgem e colocá-la na mão do/a falecido/a, garantindo assim que seus primeiros passos no além fossem iluminados, já que as trevas eram mais temidas que a própria morte” (SILVA, MEDEIROS, 2016, p. 511). Dona Terezinha nos conta mais sobre esse ritual:

(...) Quando a pessoa tá dando os últimos suspiros, né? Quando o fôlego chega aqui (apontando para logo debaixo do peito) aí a pessoa sabe que vai morrer, né? Quando os dedos dos pés abaixam e fica gelado; aí sabe que vai morrer. Aí pega uma vela que já deixa preparada para isso e coloca na mão e acende e diz assim: fulano, esquece desse mundo e lembra do próximo.” (LIMA, T. M. B, 2023)

A vela representa um objeto indispensável e sempre fica por perto, juntamente com uma caixinha de fósforo ou um isqueiro, próxima do moribundo para não correr o risco de perder a hora exata da passagem.

3.3 O velório e por detrás dele

O velório, ao contrário do que muitos possam imaginar, não se resume a ser apenas um momento de tristeza. É natural do ser humano ficar triste diante de perdas, ainda mais quando se trata de uma pessoa familiar, um ente querido que não estará mais fisicamente próximo. Porém, dentro do espaço do velório no sítio Carrasquinho, também encontramos espaços para risos, contação de histórias e lembranças boas. Enquanto o corpo descansa na sala, ordenado por todas as pompas fúnebres que se

tem direito, do lado de fora os vivos se reúnem não apenas para chorar ou lamentar, mas para lembrar a vida do defunto, contar as melhores partes da sua vida, situação também já observada em sua pesquisa por Silva e Medeiros (2016):

Apesar de uma maior proximidade dos agentes eclesiásticos no ato da doença e da morte, um fato que chamou nossa atenção nos relatos é que os rituais de sepultamento no sertão eram espaços envolvidos por múltiplas histórias, ora tristes, ora cômicas. As narrativas das anciãs acerca desses episódios são traços de memórias nem sempre cercadas de choro e comoção, apesar da caminhada da morte que sempre marcava as vidas com certa dor (SILVA, MEDEIROS, 2016, p. 508).

Uma outra característica bem significativa dos velórios no Carrasquinho é a distribuição de comidas e bebidas, algo que já começa no fazer quarto. Quando as pessoas, geralmente os mais jovens, se propõem a passarem a noite em vigília do moribundo, é comum que se sirva um lanche reforçado para aguentar a longa madrugada. Geralmente, para esses são oferecidos cachorro-quente, bolachas, farofas de cuscuz, refrigerantes, cafés e chá, lanches rápidos, mas de “grande sustância”, pois “o defunto atravessa a noite na companhia de parentes e conhecidos, para os quais se providenciava comida e bebida” (REIS, 1991, p. 164). Mais adiante, o autor ainda continua: “a memória coletiva de nossa morte antiga registra como insistência esse hábito, que herdamos de Portugal e da África, ainda comum em nosso meio rural.” (Idem). O cardápio do velório é um pouco diferente, sendo ofertado um verdadeiro banquete aos amigos, como afirmou Ariès (1974, p. 227). Como é costume que o velório dure um dia inteiro, é comumente servido um almoço para aqueles que estavam presentes na hora. É de testemunho próprio, e pertinente colocar aqui, que uma das primeiras ações de uma viúva, que perdera o marido nas primeiras horas da manhã, ordenar a matança de 3 galinhas do seu quintal para o preparo do almoço.

As primeiras pessoas começam a chegar logo quando o corpo volta para casa, depois de ter passado pelo processo de cuidados e preparos, que hoje se destina às funerárias, pois essas tomaram o lugar da família de cuidar do corpo e vesti-los. Essas tarefas viraram exclusivamente dessas instituições, que são pagas mensalmente em planos que incluem toda a família. Geralmente, é a matriarca da família que tem essa preocupação e assina um plano do seu gosto, colocando nele o nome de todos os membros da sua família. Quando alguém acobertado por esse plano faz a passagem,

logo se liga para a funerária que vem, a hora que for, buscar o corpo e levar para Sousa, onde são feitos os procedimentos legais junto ao hospital, preparam também os documentos necessários e trazem o corpo de volta para a família velar, junto com uma parafernália de objetos fúnebres para ornamentar a sala onde o caixão ficará exposto (Coroas de flores, livro de assinatura, suporte para velas e até mesmo a garrafa do café e do chá): “Hoje quando morre uma pessoa liga logo para a funerária vim buscar. Ela mesmo leva e já traz dentro de um caixão, num deixa nem o corpo esfriar direito (...).” (LIMA, T. M. B, 2023)

Nessa problemática é possível discorrer sobre como a presença da funerária representa uma série de mudanças no desenvolvimento do velório no sítio. A primeira delas, como já dito, é essa transferência de responsabilidade do cuidado do corpo da família para uma empresa especializada, rompendo com um costume que antes era quase que exclusivamente um ato sagrado familiar: “O cuidado com o cadáver era da maior importância, uma das garantias de que a alma não ficaria por aqui pensando.” (REIS, 1991, p. 143). Um outro aspecto que a funerária se apropria da família é a escolha e a preparação da mortalha que passa a ser de responsabilidade da empresa, tal como o material e a cor da mesma, indo na contramão de como era antes, Dona Adilza (COURA, A. M., 2023) nos conta que essa “Era bem alvinha” e Dona Terezinha nos lembra que, quando morria alguém, “Comprava o tecido na cidade, uma peça de tecido bonito e mandava fazer, quem soubesse costurar podia fazer, mas ai se a pessoa tivesse uma roupa bonita e nova podia ser enterrada com ela.” (LIMA, T. M. B, 2023).

Um outro ponto de ruptura que a funerária trouxe é o transporte do corpo da casa até o cemitério para o enterro. Não devemos esquecer que estamos falando de um sítio localizado a mais de 5 quilômetros da cidade, de onde o caminho do sítio liga a cidade até o cemitério. Sem transportes, como carro, esse manejo não se dava de maneira tão facilitada. O corpo, após passar o tempo necessário em casa e passar pelos rituais familiares, era colocado dentro de uma rede e carregado por todo o percurso nos ombros de quatro pessoas, como conta Dona Terezinha: “Levava era na rede. Dois homens seguravam de cada lado né? Primeiro colocava um pau atravessando a rede e colocava o morto lá dentro e leva até o cemitério (...)”. (*Idem*, 2023) E se engana quem pensa que a rede servia apenas para o transporte. Em muitos casos, principalmente referente às famílias mais carentes, a rede também se tornava o único

forro que separava o corpo da terra, como conta Seu Antônio: “Colocava numa rede aí levava para enterrar, chegava lá era só botar ele dentro da cova limpinha ou que não era limpa botava dentro da rede, né? Botava dentro da cova e enterrava. Cobria.” (LIMA, A. A., 2023) Quando terminou seu relato, perguntei, como para ter certeza, se era dentro da rede mesmo que enterravam e Seu Antônio respondeu: “Dentro da rede mesmo. E aqueles que não queria enterrar dentro da rede, que era *pobrezin* enterrava no chão limpinho mesmo.” (*Idem*, 2023)

O caixão é outro ponto que a funerária passou a resolver, mas nem sempre foi um objeto que coubesse nas condições de todos. Para essas famílias carentes, ele surgiu na cidade, em algum momento que não temos registro, mas não destinado ao enterro, somente ao velório. Guardado em uma pequena capela construída dentro dos limites do cemitério municipal e de propriedade da Igreja, quando acontecia de morrer alguém, algum membro da família ia de imediato até lá e requeria o mesmo. Então, o caixão era levado e o corpo posto dentro. Quando fosse a hora do enterro, o corpo era transferido para a rede e seguia para a cidade e o caixão era devolvido para ser usado por outros: “Olha, nem tinha caixão naquela época, assim, tinha um que ficava no cemitério para as pessoas pobres que não tinham condições de comprar um, aí quando morria ia lá e pegava para colocar o morto (...)” (LIMA, T. M. B, 2023). Em sua pesquisa, na cidade de São João do Rio de Peixe, Maiza Ribeiro nos conta do “caixão das almas”: “A Igreja cedia o caixão às pessoas, mas ainda era costume comum fazer os sepultamentos em redes de carregar defunto” (SOUSA, 2017, p. 52). Apesar do acesso a um caixão ser mais fácil, incluído nos planos da funerária, existe um ou outro que ainda escolhem o enterro diretamente na terra, por escolha pessoal.

3.4 A lembrança é o que fica: as fotografias dos mortos

Passados os rituais caseiros, a escolha da mortalha e o percurso do sítio até a cidade, antes do enterro, havia uma breve parada na Igreja matriz para as bênçãos dos sacerdotes e uma última passada perante os ídolos, isto é, as imagens dos santos e santas guardados dentro da igreja, que a muitos ainda guardam certo misticismo e benevolência em interceder diante do Altíssimo. Era nesse momento, dentro da Igreja, que acontecia uma das práticas que se perdeu nas últimas décadas: a retirada de

fotos do defunto no caixão, rodeado de familiares e amigos. Essa prática teria entrado em declínio “a partir dos anos 1970, entendendo-se para os anos de 1980-1990 em diante” (SOUSA, 2017, p. 127). Era um dos últimos rituais que prestavam ao corpo enfeitado no caixão, uma forma de manter a memória daquele ente querido, uma vez que a “popularização da fotografia permitiu que algumas procurassem os fotógrafos para fazer o registro do momento do último adeus, já que a foto ajudava a preservar a memória dos mortos e a lidar com as saudades.” (Idem, p. 114).



Figura 20: Fotografia de defunto retirada dentro da Igreja Matriz, 2002 **Fonte:** Foto cedida por Cícero Brito

Sendo um instrumento moderno, a fotografia seria um dos últimos recursos para manter viva uma lembrança, uma vez que todo ser humano está sujeito a passagem do tempo e ao esquecimento natural das coisas, como rostos e nomes. Portanto, confiavam nessas fotografias como garantia de lembrança, “pois o homem, ser mortal, desaparece após a morte, mas a ele sobrevivem os sistemas simbólicos vinculados às suas inúmeras tradições culturais, entre as quais se destacam tais retratos.” (SOARES, 2007, p. 18).

Essas fotografias não eram caras e, usualmente, vinham em forma de um pacote em que se acordavam 6 fotos, que posteriormente seria distribuída para os familiares locais e/ou enviadas para outras cidades e estados diferentes, geralmente para São Paulo, onde residiam parentes que não puderam estar presentes. Se os paulistas

tinham que esperar um tempo, quem morava em São José também precisava ter uma certa paciência, pois a foto só era revelada em Sousa, uma vez que aqui não haviam os acessórios necessários para tal. Quem tirava as fotografias era o “finado João Souto” (Antônio). Quando a fotografia chegava, logo tratavam de colocar em uma moldura bonita e pendurar na parede, junto com as imagens dos santos.

3.5 O Luto

Definido no dicionário DICIO como “profundo pesar causado pela morte de alguém”, “sentimento grado por perdas como separação, partidas ou rompimentos” e ainda “comportamento ligado à morte de alguém, ligado à cultura e religião, o qual pode incluir isolamento e jejum, entre outros” o luto é um dos últimos gestos simbólicos para com a pessoa que morreu, um período de resguardar a perda e realizar os ritos em sua memória, além de

Expressar prestígio social, mostrar a dor, defender a família enlutada de um retorno do defunto. Exatamente como em Portugal, não se dizia o nome de quem morria, falava-se do Morto, do Defunto, do Falecido. A viúva, especialmente, não se pronuncia o nome do marido, referindo-se a ele como “meu defunto”, para reafirmar sua nova condição (REIS, 1991, p. 165).

O luto é uma prática antiga, “data de meados da Idade Média” (ARIÈS, 1974, p. 431) e ele começava logo após o enterro e devia seguir certos ritos específicos, como o uso de uma vestimenta de cor apropriada, geralmente preta, a não retirada da barba, no caso do homem, mas essa condição não era bem uma regra, pois “tinha deles que tirava, tinha deles que não tirava não” (COURA, A. M., 2023). Todos os familiares próximos (marido, esposa, filhos/as, netos/as) deveriam colocar o luto, “todo mundo. Um ano” (COURA, L. R., 2023). Esse ano completo se aplicava precisamente às mulheres, que “passavam seis meses com roupa preta e seis meses usando roupas escuras”. E ao homem cabia somente os seis primeiros meses de preto, o restante se passava apenas com um “enfeite preto pregado na camiseta” (LIMA, T. M. B., 2023).

Assim como as pessoas, a casa entrava em estado de luto. Nesses casos, o silêncio parecia ser a primazia mais importante. No Carrasquinho, até algumas décadas atrás,

ainda se mantinha o costume de não ligar rádios e/ou televisão por pelo menos um mês depois do ocorrido; um costume que não pertencia somente à família do defunto, mas que alcançava os vizinhos também, que deixavam seus aparelhos eletrônicos desligados em sinal de respeito a família.

Nesses termos, concluímos que as atitudes e práticas diante da morte no sítio Carrasquinho, assentam-se em referências cristãs, de origem católica, trazidas de Portugal e que se instituíram nos sertões, apesar dessa “exportação”, essas práticas sofreram aqui mudanças e adequações a uma nova realidade. Tratam-se de hábitos revestidos de rituais e de significados específicos preocupados com o respeito ao morto e o cuidado com a salvação de sua alma. Desde *fazer o quarto*, o velório, o enterro e o luto, todo o processo de morte e enterramento dos sujeitos era cuidadosamente organizado pela família e socialmente prestigiado pela comunidade, demonstrando valores e sentidos socioculturais historicamente estabelecidos.

Considerações Finais

No primeiro capítulo, discutimos sobre a fundação da cidade de São José da Lagoa Tapada, localizada no sertão da Paraíba, como também as características do município. Nesse processo, descobrimos que as terras onde hoje se fundam a cidade pertenciam ao Capitão-mor José Gomes de Sá, que mais tarde passaram de herança para seu filho, Coronel José Gomes de Sá, quem construiu uma fazenda e posteriormente uma capela, a partir de onde, ao seu redor, várias casas foram edificadas. Entre o período de formação dessa vila e a cidade como é hoje, São José passou a ter diversos nomes, como Oiticica e Oiticicatuba.

Para além da história e caracterização de São José da Lagoa Tapada, tratamos também sobre a Igreja Matriz, desde o momento que foi elevada à categoria de paróquia, em 1960, e a sua influência na vida cotidiana de uma cidade onde a população é quase que completamente católica. Usando o Livro de Tombo como nosso guia, atravessamos as conquistas, os momentos difíceis, as ajudas e as tramas de uma igreja que sempre contou muito com a ajuda da população e que tem refletida histórias de fé e devoção, como as festas de São Francisco e de Nossa Senhora do Desterro. Dois santos celebrados na cidade por causas alcançadas em seus nomes, que gerou a construção de imagens dos mesmos, por parte de quem alcançou as graças e a celebração de missas em seus nomes, tornando-se eventos anuais e sagrados na cidade.

Foi ainda no primeiro capítulo que adentramos no assunto da morte e do morrer na cidade, apresentando como se morria em São José da Lagoa Tapada entre os anos de 2006 e 2020 e trazendo as principais causas de morte da população são-joseense. Aqui percebemos que os principais causadores de morte estavam relacionados com problemas no aparelho circulatório, tumores e problemas no sistema respiratório. Ainda no tema fúnebre, falamos sobre o cemitério, buscando mostrar como se enterrava antigamente, quando esse espaço ainda não existia e os cadáveres eram enterrados dentro do espaço da igreja, perto dos santos e símbolos sagrados, buscando que esses protegessem e dessem aos defuntos resguardos especiais.

Finalizamos o primeiro capítulo desse trabalho falando sobre as cruzes na beira das estradas, marcos que representam o local da morte de uma pessoa de forma brutal ou inesperada, como um acidente de carro. Uma prática que se tornou comum nas cidades interioranas e serve, entre outras coisas, para a manutenção da memória daqueles que foram, um último adeus em forma de uma homenagem singela.

No segundo capítulo adentramos ao sítio Carrasquinho, que nos possibilitou esta pesquisa como um todo. Iniciamos abordando a caracterização do lugar, longe mais de 5 quilômetros da cidade. Com menos de 100 habitantes, estradas de terra e cercas de arame, o lugar possui com a cidade uma relação de dependência e divide com ela a mesma religiosidade, tendo todas as famílias do lugar, com exceção de uma, a fé católica como pilar religioso. Foi aqui que primeiro tivemos a presença da História Oral como fonte, uma vez que nada escrito sobre o lugar pode ser encontrado e nos restou a memória dos mais velhos para tentar desvendarmos um pouco da história do lugar, como o primeiro dono das terras, no caso, Miguel Coura.

Puxando o gancho da religiosidade, adiante, falamos sobre a prática religiosa das novenas e como essa se caracterizava como a principal forma de contato dos moradores do sítio com a religiosidade, uma vez que a igreja estava longe e meios de transporte, antigamente, eram escassos e as condições das estradas de terra não favoreciam. Por muitos anos essas novenas eram celebradas por moradores locais mesmo. Também no âmbito das novenas nos deparamos com situações peculiares, como a Festa dos Cachorros, feitas em honra de São Lázaro, que consistia em oferecer uma refeição para os animais de estimação dos moradores do Carrasquinho.

Passado o tempo, a comunidade ganhou sua capela e as celebrações passaram a ocorrer em seu interior, mas não excluindo as novenas nas casas dos moradores, como era costume. Porém, com essa nova construção, havia agora um dia da semana, a primeira quinta-feira de cada mês, que as celebrações seriam ministradas pelo padre da cidade, uma forma mais eficiente de trazer a Igreja para mais perto. Erguida a capela, foi preciso escolher um santo de devoção para chamar de padroeiro e, nesse caso, foi uma santa: Santa Luzia. A protetora dos olhos ganhou o cargo de zeladora da comunidade e uma semana inteira de festa dedicada a ela. Falamos um pouco da história da santa e dos martírios que ela enfrentou em vida até ser reconhecida pela Igreja e santificada. Hoje, a festa da padroeira é o principal evento

do sítio, reunindo todos os moradores católicos do lugar e das redondezas, nas quais são vendidas comidas e bebidas em prol da capela.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, adentramos ao assunto da morte, seus ritos e suas caracterizações. Em um primeiro momento, discutimos sobre os anúncios da morte, quando ela anuncia a sua chegada ou que está por ali próxima e que pode chegar a qualquer momento. Estar preparado para morrer era fundamental, pois dava tempo de se dedicar a ter uma boa morte, uma meta que todo católico precisava alcançar para ter paz de espírito no outro lado. Morrer precisava ser uma tarefa plena, sem surpresa e que, se possível, tudo pudesse ser deixado organizado e encaminhado. A morte por acidente ou repentina era uma morte que *não valia a pena* e sinal de embaraço.

Quando a morte anunciava a sua chegada e a pessoa ficava “esperando a hora da morte” era o momento do sítio se organizar e demonstrar uma solidariedade, que podia não aparecer em outros momentos, mas naquele era imprescindível. Enquanto a família de quem estava “esperando a hora” se dedicava aos cuidados terrenos dele, a comunidade cuidava em se fazer presente, ajudava como podia: varria a casa, fazia a comida, cuidava das tarefas pendentes, tudo para fazer com que o fardo da família fosse amenizado e, para além do dever humano, cuidar dos que estavam prestes a partir também era encarado com um dever cristão, pois fazia parte da boa morte não morrer sozinho.

Após a morte, vinha o velório e as múltiplas relações que ele trazia. Era preciso preparar o caixão, a mortalha, a cova. Foi nesse ponto que mais fizemos o uso da oralidade, buscando entender como essa prática mudou ao longo do tempo, passando de algo mais silencioso e discreto, para como conhecemos hoje, que, no Carrasquinho, é um momento marcado pela contação de histórias sobre a vida de quem morreu e de um banquete com direito a pratos de festa, como galinha, para aqueles que se fazem presentes para um último adeus. Antes de chegarmos ao último tópico do trabalho, abrimos um espaço para falar sobre as fotografias dos mortos no caixão dentro da igreja, como as cruzes na beira das estradas, uma forma de manter viva uma memória e sempre recordar daquele que partiu.

Por fim, chegamos ao luto, o último passo dessa ritualização em torno da morte. Como o velório, o luto também sofreu alterações ao longo do tempo, como vimos no trabalho

e nas entrevistas. O que antes durava um ano e havia distinção entre homem e mulher, tinha as cores certas para cada um, hoje se tornou uma coisa um pouco mais “livre”, sem necessariamente ser obrigado o uso ou o tempo definido. Práticas como a manutenção das barbas, para o caso dos homens, também foram um dos itens que saíram da prática.

Fortemente católico e influenciado por essa religião, o sítio Carrasquinho possui dentro de si práticas e rituais semelhantes a outros sítios da região, práticas e ritos ditados pela Igreja Católica e adotados há muitos anos. Nossa pesquisa mostra que essas práticas, apesar de terem anos de existência, ainda permanecem vivas até os dias atuais. Mas também que essas sofreram alterações locais, promovidas por seus moradores para que essas práticas se encaixem no seu cotidiano e estilo de vida.

Sendo tão recente, nosso trabalho busca mostrar a importância de se trabalhar o contemporâneo e investigar sua relação com o passado. Buscando evidenciar que a escrita da história é possível, mesmo com poucas fontes e referências, que a História Oral pode servir para preencher algumas lacunas históricas que a fonte escrita não é capaz e como essa serve, principalmente para mim, filho do Carrasquinho, como um caminho viável para a dinamização da memória do lugar. Acho bom também ressaltar que, como dito antes, as práticas encontradas no sítio não devem ser a base para todas as comunidades como o Carrasquinho, pois essas são plurais e adequadas a cada realidade.

FONTES

Online:

"**Brasil, Paraíba, Registro Civil, 1879-2007,**" Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6PBJ-FQ?i=2&wc=WP27-1Q4%3A338675901%2C338675902%2C338731501&cc=2015754>. São José da Lagoa Tapada. Óbitos 1931, Jun-1941, Abr. Imagem 3. Acesso em 21 de jun. de 2021

BENTO XVI. Discurso do papa aos participantes na XIV assembleia da pontifícia academia para a vida sobre o tema: "Ao Lado Do Doente Incurável E Do Moribundo: Orientações Éticas E Praticáveis". Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2008/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20080225_acd-life.html Acesso em 06 de out. de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1835,** Página 86 Vol. 1 pt I (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-83-20-outubro-1835-562715-publicacaooriginal-86816-pl.html> Acesso em 29 de set. de 2023

DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/> Acesso em 22 de jun. de 2021.

IBGE. São José da Lagoa Tapada. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-da-lagoa-tapada/panorama> Acesso em 22 de jun. de 2021.

JORNAL DA PARAÍBA. Religião e cultura: por que São José é associado às chuvas? Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/meio-ambiente/clima-tempo/2022/03/16/por-que-dia-de-sao-jose-chuvas-religiao-cultura> Acesso em 24 de mar. de 2022

LOPES, Flavio Rogério. Novenas: A devoção popular que surgiu no princípio da igreja Disponível em <https://osaopaulo.org.br/destaque/novenas-a-devocao-popular-que-surgiu-no-principio-da-igreja/> Acesso em 30 de jun. de 2021

MENQ, Willian. Corujas e os mitos que as cercam - Aves de Rapina Brasil. Disponível em: http://www.avesderapinabrasil.com/materias/corujas_crendices.htm. Acesso em 17 de mai. de 2021.

PARAHYBA DO NORTE, Província. O Publicador, ano 4, nº 925, 5 de outubro de 1865. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 11 de abr. de 2022

Prefeitura de São José da Lagoa Tapada. Disponível em: http://saojoselt.pb.gov.br/a_cidade/historia Acesso em 22 de jun. de 2021.

VEIGA, Edison. Quem foi Santa Luzia, a mártir que se tornou padroeira dos olhos e da visão. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63905279> Acesso em 20 de jan. de 2023

Orais:

LIMA, A. A. **Antônio Afonso de Lima**: depoimento [set. 2023]. Entrevistador: Antônio Neto da Silva Brito, São José da Lagoa Tapada. 1 arquivo mp3 (15 min 54s). Entrevista cedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso do entrevistador.

COURA, A. M. C. **Adilza Monteiro Coura**: depoimento [set. 2023]. Entrevistador: Antônio Neto da Silva Brito, São José da Lagoa Tapada. 1 arquivo mp3 (15 min 40s). Entrevista cedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso do entrevistador.

COURA, L. R. C. **Lení Rodrigues Coura**: depoimento [set. 2023]. Entrevistador: Antônio Neto da Silva Brito, São José da Lagoa Tapada. 1 arquivo mp3 (14 min 15s). Entrevista cedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso do entrevistador.

LIMA, T. M. B. **Terezinha Maria de Brito Lima**: depoimento [set. 2023]. Entrevistador: Antônio Neto da Silva Brito, São José da Lagoa Tapada. 1 arquivo mp3 (16 min 30s). Entrevista cedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso do entrevistador.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe.. **História da Morte no Ocidente**: Da Idade Média aos Nossos Tempos. Edição Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.
- _____. **O Homem Diante da Morte**. São Paulo: Editora Unesp, 1989.
- BORGES, Rafael Coppi. “**A Terra Lhes Seja Leve**”: Adoecer e Morrer na Paraíba Oitocentista (1850 – 1900). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.
- CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. Porto: Companhia Portuguesa, 1916.
- CASCUDO, Luís da Câmara. Rasga-mortalha. *in* **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10. ed. Ediouro, 1954. (Coleção Terra Brasilis).
- COSTA, Cristina. **Sociologia**: Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Ed. Moderna, 2009.
- DANTAS, Adelannia Chaves e FREIRE, Manoel. A Coruja como símbolo de morte em “as corujas” de Moreira Campos. **Revista A Cor das Letras**. Feira de Santana, v. 18, n. 1, p. 7-18, jan-abr, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13102/cl.v18i1.1614> Acesso em 17 de maio de 2021.
- DELGADO, Lucília Almeida Neves. **História oral** – memória, tempo, identidades. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- JURKEVICS, Vera Irene. **Os Santos da Igreja e os Santos do Povo**: Devoções e manifestações de religiosidade popular. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Curitiba, 2004.
- MELO, Rafaela Araújo de. **São José da Lagoa Tapada: Entre histórias e tramas políticas (1960-1966)**. 2015. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras-PB, 2015.
- OLIVEIRA, Vanessa Souza Eletherio de. **Entre as Cruzes da Estrada**: produções e (in)visibilidade da morte no Sertão de Pernambuco. 2014. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014
- REIS, João José. **A Morte é uma Festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RETONDAR, Patrícia Teles Ribeiro. **A morte ao longo do caminho**: Reflexões da religiosidade popular nas práticas mortuárias referentes às cruzes de beira de estrada do interior paraibano. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba. João pessoa-PB, 2017.
- SILVA, Victor Rafael Limeira da e MEDEIROS, Lucas Gomes de. Contos e prantos da memória sertaneja sobre os rituais fúnebres nas décadas de 30 a 60 do século XX. *in* **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, Vol. 16, pp. 497-518, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.14195/1645-2259_16_22 Acesso em 18 de maio de 2021.

SOARES, Miguel Augusto Pinto. **Representações da Morte**: Fotografia e Memória. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

SOUSA, Maiza Ribeiro de. **Um Último Adeus**: práticas fúnebres e a busca da boa morte nos séculos XIX e XX – São João do Rio do Peixe-PB. 2017. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras-PB, 2017.

SOUSA, Rozilene Lopes de. **“Que saudades da professorinha...”** história e memória da educação de São José da Lagoa Tapada-PB (1968-1980). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2009.

SOUSA, Silvana Vieira de. Histórias De Crença E Religiosidade Dos Sertanejos: Almoço Dos Cães e a Festa De São Lázaro. *in* **XIII Encontro Estadual da ANPUH-PB**. 2008, Guarabira. Anais eletrônico.

VAN GENNEP, Arnold. **Os Ritos de Passagem**; tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2012.

VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. Oralidade e tradição oral na Caatinga: experiências do sertanejo cearense com assombrações. *in* **Proj. História**, Vol. 22, pp. 303-313, Jun 2001, São Paulo.